

PROPOSTA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SENHORES ACIONISTAS:

ASSUNTO: Aprovação das contas dos administradores, das demonstrações financeiras e do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

CONSIDERANDO

- que a Lei das Sociedades por Ações estabelece que anualmente haja uma assembleia geral ordinária para tomar as contas dos administradores, bem como para examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e
- que as demonstrações financeiras preparadas pela Diretoria foram auditadas pelos auditores independentes, apreciadas favoravelmente pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal;

PROPOMOS

A aprovação das contas dos administradores, das demonstrações financeiras e do Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

São José dos Campos, 10 de março de 2017.

A Administração

Anexo I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

(Informações indicadas no art. 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia vem mantendo uma liquidez satisfatória, refletido no capital de giro ajustado em 31 de dezembro de 2016 (R\$3.565,3 milhões), 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.976,4 milhões) e 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.453,6 milhões), que corresponde à diferença entre o ativo circulante, descontando-se o saldo de caixa e equivalentes de caixas e investimentos financeiros, e o passivo circulante, descontando-se empréstimos e financiamentos. Esse nível de capital de giro representa as condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo

Os Diretores acreditam que a saúde financeira é suficiente para atender as obrigações com terceiros, incluindo o pagamento da dívida, conforme liquidez corrente de 2,13 (Ativo Circulante/Passivo Circulante) em 31 de dezembro de 2016, 2,08 em 31 de dezembro de 2015 e 2,28 em 31 de dezembro de 2014. A Companhia possui acesso a fontes de financiamento, suportado por uma classificação de risco BBB com perspectiva negativa e com título de grau de investimento pela Standard & Poor's desde 2013. A classificação de risco da Embraer pela Moody's é de Ba1, rebaixada de Baa3 em fevereiro de 2016, seguindo o rebaixamento da classificação do risco de crédito soberano do Brasil, de Baa3 para Ba2, no mesmo período. Em abril de 2016, a Fitch Ratings, atribuiu a classificação de risco de crédito da Embraer como BBB-. Considerando o perfil da dívida o prazo médio de endividamento foi de 5,3 anos em 2016, 6,2 anos em 2015 e 5,4 anos em 2014, estando em linha com o ciclo de negócio e desenvolvimento de novos produtos da Embraer.

A Diretoria entende que a Companhia vem apresentando, nos últimos três exercícios sociais, condições financeiras e patrimoniais suficientes para conduzir os investimentos em novos produtos e serviços e cumprir as obrigações de curto e médio prazo.

A Diretoria considera que os recursos de caixa, que totalizaram, em 31 de dezembro de 2016, R\$10.381,0, em 31 de dezembro de 2015, R\$13.814,0 milhões e, em 31 de dezembro de 2014, R\$6.559,4 milhões, vem se mantendo suficientes para atender o financiamento das atividades operacionais e cobrir a necessidade de recursos, no mínimo, para um horizonte de 12 meses.

A Embraer encerrou o ano de 2016 com um endividamento total de R\$12.254,0 milhões, 11,1% menor que R\$ 13.785,8 milhões do exercício de 2015. O endividamento total ao final do ano de 2014, totalizou R\$ 6.662,0 milhões, sendo que em 2015, foi 106,9% maior do que 2014. Do endividamento total verificado em 2016, 86,4% referem-se a linhas de longo prazo. O endividamento é composto de R\$9.486,1 milhões (77,4%) em linhas de crédito denominadas em dólares, R\$53,5 milhões (0,4%) denominados em euros e o restante R\$2.714,4 milhões (22,2%), denominado em reais. Do endividamento total verificado em 2015, 93,8% referiam-se a linhas de longo prazo. Ao final de 2015, o endividamento era composto de R\$10.545,9 milhões (76,5%) em linhas de crédito denominadas em dólares, R\$86,5 milhões (0,6%) denominados em euros e o restante R\$3.153,3 milhões (22,9%) denominado em reais. Ao final de 2014, 96,4% da dívida referiam-se a linhas de longo prazo; do total da dívida, R\$ 4.215,3 milhões (63,3%) eram denominadas em dólar, R\$2.227,6 milhões (33,4%) eram denominados em reais e R\$ 219,1 milhões (3,3%) eram denominados em euros.

A posição de estoque encerrou o ano em R\$8.136,2 milhões, 10,0% abaixo do valor correspondente a 31 de dezembro de 2015, com saldo de R\$ 9.037,9 milhões. Em 2015, o aumento foi de 41,5% em relação a 31 de dezembro de 2014, que fechou em R\$ 6.388,9 milhões. A redução de estoques em 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior, foi devido principalmente à apreciação do Real frente ao Dólar, no período. Em 2016, o giro dos estoques foi de 2,1 superior em relação a 2015 (1,8) e 2014 (1,9) e em linha com as necessidades operacionais e o ciclo produtivo da Companhia.

Indicadores Patrimoniais

A seguir, são apresentados os principais indicadores patrimoniais da Embraer, comparados aos últimos três anos:

Destaque Consolidado	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Disponível(*)	10.381,0	13.814,0	6.559,4
Contas a Receber de clientes, líquida	2.168,7	3.059,0	1.869,2
Financiamentos a Clientes	122,0	219,5	182,3
Estoques	8.136,2	9.037,9	6.388,9
Ativo permanente (**)	12.458,8	13.409,0	8.731,1
Fornecedores	3.103,0	4.041,2	2.604,6
Endividamento – Curto prazo	1.663,2	856,5	238,1
Endividamento – Longo prazo	10.590,8	12.929,3	6.423,9
Patrimônio Líquido	12.844,9	15.008,7	10.265,5

(*) Inclui Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos financeiros ativos de curto e longo prazo

(**) Inclui Imobilizado, Intangível e Investimentos

A partir de 2015, a Embraer passou a considerar como Disponível, além do caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros de curto prazo, os investimentos financeiros de longo prazo por entender que este montante, mesmo sendo classificado contabilmente como longo prazo, em caso de uma necessidade de caixa, poderia ser acionado.

Destaque Consolidado	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Dívida/ Patrimônio Líquido	1,0	0,9	0,6
Giro dos Estoques	2,1	1,8	1,9
Giro dos Ativos	0,6	0,4	0,5
ROA ⁽¹⁾	1,5%	0,5%	2,9%
ROE ⁽²⁾	4,6%	1,6%	7,8%
ROCE (US\$) ^{(3) (4)}	0,2%	6,3%	11,6%

(1) ROA – significa o retorno sobre os ativos (*Return on Assets*), calculado a partir do Lucro líquido / Ativo total,

(2) ROE – significa o retorno sobre o capital próprio da Companhia (*Return on Equity*), calculado a partir do Lucro líquido / Patrimônio Líquido,

(3) ROCE – significa o retorno sobre o capital empregado (*Return on Capital Employed*), calculado a partir do NOPAT (*Net operating profit after taxes*) / média do Capital empregado, excluindo-se o efeito dos itens não monetários do período.

(4) A Embraer passou a adotar a média dos trimestres no cálculo do capital empregado do período e para efeitos de comparação, ajustou os percentuais de anos anteriores à nova metodologia do cálculo do ROCE.

(b) Estrutura de Capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o endividamento financeiro foi superior à posição de caixa e equivalentes de caixa em R\$1.873,0 milhões. Em 2015 a posição de caixa e equivalentes de caixa foi superior ao endividamento financeiro em R\$28,2 milhões e em 2014, o endividamento financeiro foi superior a posição de caixa e equivalentes de caixa em R\$102,6 milhões. Apresentamos abaixo a relação entre nosso capital de terceiros, em relação ao patrimônio líquido, para os três últimos exercícios sociais:

Consolidado	Em 31 de dezembro de		
	(Em R\$ milhões, exceto percentuais)	2016	2015
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	12.844,9	15.008,7	10.265,5
Empréstimos e Financiamentos (Capital de Terceiros)	12.254,0	13.785,8	6.662,0
Capital de Terceiros + Capital próprio	25.098,9	28.794,5	16.927,5
Capital de Terceiros / Capital próprio	95,4%	91,9%	64,9%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Embraer mantém capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros, apresentando uma sólida posição de caixa. Em 31 de dezembro de 2016 o caixa total atingiu a cifra de R\$10.381,0 milhões. No conceito líquido (caixa e equivalentes de caixa + investimentos financeiros de curto e longo prazo menos endividamento financeiro) a Companhia apresentou um saldo negativo de R\$1.873,0 milhões em dezembro de 2016, explicado pelo consumo de caixa livre.

A geração operacional medida pelo EBITDA apresentou em 2016 um resultado de R\$1.861,5 milhões, resultando uma relação dívida financeira total/EBITDA de 6,58.

Valores em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Caixa (Endividamento) Líquido	(1.873,0)	28,20	(102,6)
EBITDA	1.861,4	2.059,9	1.920,8
Endividamento Financeiro	12.254,0	13.785,8	6.662,0
Patrimônio Líquido	12.844,9	15.008,7	10.265,5
Despesas Financeiras*	877,0	680,1	453,4
Endividamento Financeiro / EBITDA	6,58	6,69	3,47
EBITDA / Despesas Financeiras	2,12	3,03	4,24
Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	0,95	0,92	0,65

* excluído o IOF sobre operações financeiras.

Quadro resumo da situação patrimonial em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Valores em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Ativo circulante	22.102,2	25.035,9	15.434,4
Realizável a longo prazo	3.455,7	7.122,0	3.488,1
Investimentos	12,7	4,8	1,1
Imobilizado	7.020,8	7.916,5	5.381,0
Intangível	5.425,3	5.487,7	3.349,1
Total do Ativo	38.016,7	45.567,0	27.653,6
Passivo circulante	10.367,3	12.029,0	6.781,1
Exigível a longo prazo	14.804,5	18.529,2	10.607,1
Participação dos não controladores	301,3	397,7	265,5
Patrimônio líquido	12.543,6	14.611,0	10.000,0
Total do Passivo	38.016,7	45.567,0	27.653,6

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos em ativos não circulantes consistem principalmente em gastos em pesquisa e desenvolvimento associados ao desenvolvimento de aeronaves para os mercados de aviação comercial e executiva e investimentos na capacidade industrial no Brasil e no exterior. Geralmente, tais investimentos são suportados com recursos gerados nas operações, empréstimos e financiamentos, principalmente dos órgãos de financiamento públicos como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, contribuições em dinheiro de parceiros de risco, e adiantamentos de clientes.

Em 2016, a Companhia, através da subsidiária Embraer Portugal S.A. contratou, junto ao banco Santander Totta, o montante de U\$ 200,0 milhões para investimento em capital de giro e aquisição de ativo imobilizado.

Em 2015, a Companhia efetuou as seguintes captações: (i) US\$1 bilhão através de emissão de Notas garantidas (*guaranteed notes*) (ii) R\$685 milhões na modalidade de Nota de Crédito à Exportação com objetivo de aplicar na produção de bens para exportação e, (iii) R\$856,2 milhões, referentes aos contratos celebrados com o BNDES no ano de 2013.

Em 2014, foram desembolsados R\$555,8 milhões e R\$127,6 milhões respectivamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e pela Financiadora de Estudos e Projetos referente a contratos celebrados no ano de 2013.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma Política de Gestão Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, que tem por objetivo estabelecer as diretrizes aplicáveis a todas as áreas de negócios, com foco na gestão das finanças corporativas, incluindo a gestão de fluxo de caixa e estrutura de capital, visando delimitar os riscos associados às operações financeiras e eventuais deficiências de liquidez.

A Companhia encontra-se em uma situação de liquidez suficiente para atender às necessidades atuais de capital, para manutenção dos investimentos e capital de giro, incluindo (1) aprimoramento da família de jatos EMBRAER 170/190 e dos jatos executivos Phenom 100 e 300, Lineage 1000, Legacy 650, 500 e 450, (2) desenvolvimento da família de jatos E-2, (3) outros gastos de capital previstos.

Em uma situação de deficiência de liquidez, a Companhia acredita que poderá recorrer a estruturas de financiamento adicionais, tais como: emissão de *corporate bonds*, emissão de debêntures, financiamentos à importação e exportação, linhas de crédito fornecidas por agências de fomento no Brasil e linhas de crédito de bancos nacionais e internacionais, cujas disponibilidades estarão sujeita às condições de mercado, como custo e crédito, vigentes no momento da contratação.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Ao final de 2016 o endividamento financeiro total da Companhia somava R\$12.254,0 milhões (R\$ 13.785,8 milhões em 2015), dos quais 86,4% eram dívidas de longo prazo (93,8% em 2015). O custo médio ponderado da dívida denominada em Dólares diminuiu de 5,25% a.a. em 2015, para 5,13% a.a. em 2016, enquanto que o custo da dívida denominada em Reais diminuiu de 6,43% a.a., em 2015 para 4,96% em 2016.

Perfil de vencimento do endividamento		
Ano	Valor em R\$	%
2016	1.663,2	13,6%
2017	993,5	8,1%
2018	511,3	4,2%
2019	870,4	7,1%
2020	1.091,3	8,9%
Após 2020	7.124,3	58,1%
Total	12.254,0	100,0%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2016:

Em outubro de 2006, a subsidiária integral da Companhia Embraer Overseas Limited emitiu US\$400 milhões de notas garantidas com juros de 6,375% a.a., e vencimento em janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor era de R\$782,7 milhões incluindo principal e juros acumulados. Atualmente, 95% dessas notas estão registradas na SEC – *U.S Securities and Exchange Commission* e os 5,0% remanescentes, estão listadas na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

Em outubro de 2009, a Embraer Overseas Limited emitiu US\$500 milhões de notas garantidas com juros de 6,375% a.a., e vencimento em janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor era de R\$531,5 milhões, incluindo principal e juros acumulados. Estas notas foram listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

As duas emissões de notas garantidas acima, têm juros pagos semestralmente e são incondicionalmente garantidas pela Embraer S.A.

Em 31 de março de 2011, a Embraer S.A. assinou contratos de Financiamento com o BNDES e com a FINEP para Desenvolvimento de Projetos, cujo prazo de vencimento é abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2016, o montante liberado foi de R\$540,5 milhões e o saldo devedor de principal mais juros era de R\$144,9 milhões.

Em 15 de Junho de 2012, a Embraer S.A. captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos (*guaranteed notes*) com vencimento em 15 de junho de 2022, por meio de uma oferta no exterior, no montante de US\$500 milhões a uma taxa de 5,15% ao ano. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 era de R\$1.626,2 milhões.

Entre os meses de agosto e setembro de 2013, a Embraer S.A., por meio de sua subsidiária Embraer Overseas Limited, efetuou a oferta de permuta para os atuais títulos com vencimento em 2017 e 2020 por uma nova emissão com vencimento em 2023. A oferta de permuta representou US\$146,4 milhões do valor principal das notas vigentes para 2017 e US\$337,2 milhões do valor principal das notas vigentes para 2020, correspondendo aproximadamente a 54,9% de notas permutadas. O total da oferta de permuta, considerando os efeitos do preço de permuta nas negociações e emissão total das novas notas foi de aproximadamente US\$ 540,5 milhões em valor principal, a uma taxa de 5,71% e com vencimento final para 16 de setembro de 2023. O saldo devedor da nota, com vencimento em 2023, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$1.644,3 milhões.

Em dezembro de 2013, a Embraer S.A. assinou um contrato de financiamento, junto ao BNDES para utilização em desenvolvimento de projetos no montante de aproximadamente R\$1.411,4 milhões, equivalente a US\$433,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o montante já havia sido desembolsado em sua totalidade e o saldo devedor era de R\$1.257,8 milhões.

Em junho de 2015, a Embraer Netherlands Finance B.V. emitiu US\$1 bilhão em notas garantidas (*guaranteed notes*) com taxa de juros nominal de 5,05% ao ano com vencimento em 15 de junho de 2025. A oferta das notas foi registrada junto a *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC). Esta operação é garantida integralmente e incondicionalmente pela Embraer S.A. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 era de R\$3.245,4 milhões.

Em dezembro de 2015, a Embraer S.A. contratou operações de empréstimos na modalidade de Nota de Crédito de Exportação com objetivo de aplicar nas atividades de exportação e produção de bens para exportação, com diversas instituições financeiras brasileiras, no montante de R\$ 685 milhões a uma taxa média ponderada de 10,96% ao ano. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 era de R\$722,8 milhões.

Em agosto de 2016, a Embraer Portugal S.A., empresa do Grupo Embraer S.A., contratou, junto ao banco Santander Totta o montante de US\$200,0 milhões, equivalente a R\$651,8 milhões, para investimento em capital de giro e aquisição de ativo imobilizado. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 era de R\$646,6 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Do nosso endividamento total, correspondente em 31 de dezembro de 2016 a R\$12.254,0 milhões, 14,3% ou R\$1.746, milhões (R\$520,6 milhões de curto prazo e R\$1.225,9 milhões de longo prazo), são relativos majoritariamente a linhas de financiamento junto a FINEP e BNDES. As garantias constituídas compreendem uma combinação de hipoteca de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e fiança bancária que totalizam R\$1.599,8 milhões.

Todas as demais linhas de crédito e financiamentos são dívidas sem garantias reais e concorrem com outros débitos da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Descrevemos a seguir as restrições impostas à Companhia e suas controladas nos contratos financeiros de longo prazo e de maior relevância para a Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Nas notas emitidas pela Companhia e suas subsidiárias nos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015, com os valores de emissão de US\$400 milhões, US\$500 milhões, US\$500 milhões e US\$1,0 bilhão respectivamente, foram impostas limitações relativas a:

(A) Gravames/garantias

Não poderão ser dados em garantia os bens da Companhia ou do garantidor (Embraer S.A.) a não ser que:

- (i) relacionados à compra de novos bens;
- (ii) dentro do curso normal de negócios em relação ao financiamento de aeronaves pelo garantidor a outra pessoa ou transações de importação/exportação;
- (iii) em face de dívidas do garantidor frente a BNDES e outros órgãos internacionais;
- (iv) detidos por empresas adquiridas;
- (v) já existentes, ou decorrentes de imposição legal ou decisão judicial;
- (vi) em razão de desenvolvimento relacionados a autoridades governamentais;
- (vii) já existentes sobre bens a serem adquiridos;
- (viii) sobre fundos para pagamento do principal, juros e quantias adicionais;

- (ix) decorrentes de *Capitalized Lease Obligations*; ou
- (x) em montante menor que 10% do capital próprio da Companhia,

(B) Operações societárias

A Companhia e o garantidor somente poderão participar de operação de fusão/incorporação e transferência de ativos, sem o aval dos detentores das notas, caso:

- (i) a sucessora assuma expressamente o repagamento do principal e juros e as demais obrigações;
- (ii) não ocorra qualquer Incumprimento;
- (iii) sejam entregues certificados de opiniões demonstrando que tal operação cumpre as condições precedentes impostas;
- (iv) a sucessora concorde em assumir quaisquer custos decorrentes, garantindo que os recebimentos dos detentores das notas não serão afetados.

Para os contratos assinados com o BNDES, foram estabelecidas cláusulas de limites para alavancagem financeira, calculada através da relação dívida bancária líquida consolidada/ EBITDA consolidado: igual ou inferior a 3,5; e manutenção de capacidade de cobertura do serviço da dívida, calculada através da relação EBITDA consolidado/ despesas financeiras líquidas consolidadas: igual ou superior a 2,25.

Além dos *covenants* financeiros mencionados acima, é exigido também que a Companhia mantenha medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, mantendo em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, assim como observar, durante o período de vigência do contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

Para os contratos assinados com a FINEP, foram estabelecidas cláusulas restritivas, conforme abaixo relacionadas:

- (a) Não poderá ocorrer alteração de controle efetivo, direto ou indireto, que a juízo da FINEP possa comprometer o regular desenvolvimento do projeto e/ou inviabilizar a fiel execução do contrato;
- (b) Não ocorrer a inclusão, em acordo societário ou estatuto, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer empresa do grupo pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em:
 - (i) restrições à capacidade de crescimento ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - (ii) restrições de acesso a novos mercados; ou
 - (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação com instituições financeiras.
- (c) Deverá adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto.
- (d) Deverá cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, mantendo em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante o prazo de vigência deste contrato.
- (e) Não haver sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Embraer ou por seus dirigentes que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas estavam totalmente adimplentes com todas as cláusulas restritivas acima descritas. Todos os *covenants* financeiros e não financeiros dos contratos, os quais a companhia possui obrigações e que estavam ativos nos anos de 2014, 2015 e 2016, foram atendidos nos respectivos anos.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A linha contratada em agosto de 2013 junto ao FINEP será desembolsada mediante o andamento das etapas em relação aos Desenvolvidos dos Projetos. O montante desembolsado até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$246,3 milhões, restando ainda R\$57,6 milhões a serem liberados. As demais linhas de financiamento já foram totalmente desembolsadas.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balancos Patrimoniais Consolidados

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	2016 x 2015	2015 x 2014
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	4.046.185	10,6%	8.455.771	18,6%	4.550.200	16,5%	-52,1%	85,8%
Investimentos financeiros	5.786.574	15,2%	2.431.205	5,3%	1.887.598	6,8%	138,0%	28,8%
Contas a receber de clientes, líquidas	2.168.734	5,7%	3.052.976	6,7%	1.850.975	6,7%	-29,0%	64,9%
Contas a receber de sociedades controladas	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	68.575	0,2%	20.292	0,0%	13.894	0,1%	237,9%	46,0%
Financiamentos a clientes	27.750	0,1%	42.068	0,1%	36.045	0,1%	-34,0%	16,7%
Contas a receber vinculadas	465.387	1,2%	357.000	0,8%	23.923	0,1%	30,4%	1.392,3%
Estoques	8.136.162	21,4%	9.037.943	19,8%	6.388.910	23,1%	-10,0%	41,5%
Imposto de renda e contribuição social	263.064	0,7%	508.564	1,1%	236.824	0,9%	-48,3%	114,7%
Outros ativos	1.139.717	3,0%	1.130.045	2,5%	445.989	1,6%	0,9%	153,4%
Total do circulante	22.102.148	58,1%	25.035.864	54,9%	15.434.358	55,8%	-11,7%	62,2%
Não circulante								
Investimentos financeiros	548.234	1,4%	2.927.059	6,4%	121.646	0,4%	-81,3%	2.306,2%
Contas a receber de clientes, líquidas	149	0,0%	6.005	0,0%	18.223	0,1%	-97,5%	-67,0%
Contas a receber de sociedades controladas	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	36.233	0,1%	35.971	0,1%	33.641	0,1%	0,7%	6,9%
Financiamentos a clientes	94.260	0,2%	177.444	0,4%	146.215	0,5%	-46,9%	21,4%
Contas a receber vinculadas	588.263	1,5%	1.236.390	2,7%	1.106.675	4,0%	-52,4%	11,7%
Depósitos em garantia	1.666.787	4,4%	2.254.072	4,9%	1.545.852	5,6%	-26,1%	45,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.021	0,0%	17.385	0,0%	21.585	0,1%	-36,6%	-19,5%
Outros ativos	510.753	1,3%	467.676	1,0%	494.247	1,8%	9,2%	-5,4%

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	2016 x 2015	2015 x 2014
Investimentos	12.725	0,0%	4.853	0,0%	1.070	0,0%	162,2%	353,6%
Imobilizado	7.020.841	18,5%	7.916.496	17,4%	5.381.011	19,5%	-11,3%	47,1%
Intangível	5.425.257	14,3%	5.487.695	12,0%	3.349.077	12,1%	-1,1%	63,9%
Total do não circulante	15.914.523	41,9%	20.531.046	45,1%	12.219.242	44,2%	-22,5%	68,0%
Total do ativo	38.016.671	100,0%	45.566.910	100,0%	27.653.600	100,0%	-16,6%	64,8%

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	2016 x 2015	2015 x 2014
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	3.102.979	8,2%	4.041.176	8,9%	2.604.594	9,4%	-23,2%	55,2%
Empréstimos e financiamentos	1.663.204	4,4%	856.518	1,9%	238.146	0,9%	94,2%	259,7%
Dívidas com e sem direito de regresso	74.600	0,2%	39.376	0,1%	27.297	0,1%	89,5%	44,3%
Contas a pagar	1.236.854	3,3%	1.136.729	2,5%	861.917	3,1%	8,8%	31,9%
Contas a pagar a sociedades controladas	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	2.334.770	6,1%	2.904.486	6,4%	1.733.100	6,3%	-19,6%	67,6%
Instrumentos financeiros derivativos	27.485	0,1%	47.961	0,1%	40.957	0,1%	-42,7%	17,1%
Impostos e encargos sociais a recolher	142.135	0,4%	276.300	0,6%	333.567	1,2%	-48,6%	-17,2%
Imposto de renda e contribuição social	84.519	0,2%	461.183	1,0%	22.784	0,1%	-81,7%	1.924,2%
Garantia financeira e de valor residual	161.997	0,4%	630.812	1,4%	78.371	0,3%	-74,3%	704,9%
Dividendos	80.883	0,2%	10.574	0,0%	99.124	0,4%	664,9%	-89,3%
Receitas diferidas	1.015.267	2,7%	1.249.718	2,7%	487.409	1,8%	-18,8%	156,4%
Provisões	442.556	1,2%	374.180	0,8%	253.792	0,9%	18,3%	47,4%
Total do circulante	10.367.249	27,3%	12.029.013	26,4%	6.781.058	24,5%	-13,8%	77,4%
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	10.590.818	27,9%	12.929.250	28,4%	6.423.876	23,2%	-18,1%	101,3%
Dívidas com e sem direito de regresso	1.143.901	3,0%	1.463.095	3,2%	1.035.052	3,7%	-21,8%	41,4%
Contas a pagar	54.932	0,1%	154.458	0,3%	232.585	0,8%	-64,4%	-33,6%
Adiantamentos de clientes	455.774	1,2%	640.620	1,4%	467.829	1,7%	-28,9%	36,9%
Impostos e encargos sociais a recolher	221.449	0,6%	314.628	0,7%	382.643	1,4%	-29,6%	-17,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	858.060	2,3%	1.629.359	3,6%	718.180	2,6%	-47,3%	126,9%
Garantia financeira e de valor residual	524.890	1,4%	513.785	1,1%	553.807	2,0%	2,2%	-7,2%
Receitas diferidas	371.254	1,0%	458.829	1,0%	386.128	1,4%	-19,1%	18,8%
Provisões	583.486	1,5%	425.203	0,9%	406.956	1,5%	37,2%	4,5%
Total do não circulante	14.804.564	38,9%	18.529.227	40,7%	10.607.056	38,4%	-20,1%	74,7%
Total do passivo	25.171.813	66,2%	30.558.240	67,1%	17.388.114	62,9%	-17,6%	75,7%

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	2016 x 2015	2015 x 2014
Patrimônio líquido								
Capital social	4.789.617	12,6%	4.789.617	10,5%	4.789.617	17,3%	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	-115.364	-0,3%	-67.012	-0,1%	-104.767	-0,4%	72,2%	-36,0%
Reservas de lucros	4.424.882	11,6%	4.018.597	8,8%	3.883.610	14,0%	10,1%	3,5%
Remuneração baseada em ações	77.097	0,2%	72.298	0,2%	64.422	0,2%	6,6%	12,2%
Ajuste de avaliação patrimonial	3.367.368	8,9%	5.797.456	12,7%	1.367.087	4,9%	-41,9%	324,1%
Participação de acionistas não controladores	301.258	0,8%	397.714	0,9%	265.517	1,0%	-24,3%	49,8%
Total do patrimônio líquido	12.844.858	33,8%	15.008.670	32,9%	10.265.486	37,1%	-14,4%	46,2%
Total do passivo e patrimônio líquido	38.016.671	100,0%	45.566.910	100,0%	27.653.600	100,0%	-16,6%	64,8%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o Ativo Circulante era de R\$ 22.102,1 milhões, em comparação com R\$ 25.035,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do Ativo, o Ativo Circulante representava 58,1% em 31 de dezembro de 2016 e 54,9% em 31 de dezembro de 2015. A variação negativa em 11,7% deste grupo como um todo ocorreu principalmente em função da valorização do Real frente ao Dólar, uma vez que o Dólar é a moeda funcional da Companhia e o Real é a moeda de apresentação. Houve uma variação positiva significativa de 138,0% em investimentos financeiros, isso ocorreu, pois valores que estavam em caixa no ano de 2015 foram investidos em 2016 para melhor rentabilidade. Além disso, investimentos de longo prazo existentes em 2015 estavam mais próximos da data de resgate em 2016, o que justifica a sua reclassificação para o circulante. A conta caixa variou negativamente 52,1%, em função do já citado investimento em aplicações financeiras e também em função de investimento em desenvolvimento de tecnologias, pagamento de multas em processo movido pelo Departamento de Justiça Americano (DOJ) referente ao FCPA e pelo pagamento de funcionários que aderiram ao programa de demissão voluntária (PDV). Desconsiderando as variações em função de moeda, não houve variações substanciais no ativo circulante, o que se reflete no fato de que afóra as reclassificações para o circulante mencionadas acima não houve grande variação no quanto o ativo circulante representa em relação ao total do ativo.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o Ativo Não Circulante era de R\$ 15.914,5 milhões, em comparação com R\$ 20.531,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do Ativo, o Ativo Não Circulante representava 41,9% em 31 de dezembro de 2016 e 45,1% em 31 de dezembro de 2015. Houve queda neste grupo em 22,5% principalmente em função da valorização do real frente ao dólar ocorrida no período. Além disso, investimentos financeiros de longo prazo foram reclassificados para o ativo circulante por estarem mais próximos de seu prazo de resgate. Esta reclassificação representou 81,3% da conta de investimentos financeiros. Houve também reclassificação de contas a receber vinculadas para o circulante, representando movimento negativo de 52,4% nesta conta. Desconsiderando as variações em função de moeda, não houve variações substanciais no ativo não circulante, o que se reflete no fato de que afóra as reclassificações para o circulante mencionadas acima não houve grande variação no quanto o ativo não circulante representa em relação ao total do ativo.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o Passivo Circulante era de R\$ 10.367,2 milhões, em comparação com R\$ 12.029,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Circulante representava 27,3% em 31 de dezembro de 2016 e 26,4% em 31 de dezembro de 2015. A queda de 13,8% ocorrida no período se deu basicamente em função da valorização do Real em relação ao Dólar. Desconsiderando a questão cambial não houve alterações substanciais no montante de passivo reconhecido, sendo que o mais relevante foram reclassificações do passivo não circulante para o circulante de empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar em função de aproximação dos prazos de pagamento.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o Passivo Não Circulante era de R\$ 14.804,6 milhões, em comparação com R\$ 18.529,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Não Circulante representava 38,9% em 31 de dezembro de 2016 e 40,7% em 31 de dezembro de 2015. Essa queda de 20,1% decorreu substancialmente em função da valorização do real no período. Desconsiderando a questão cambial, houve reclassificações de empréstimos e financiamentos para o circulante, em função da aproximação dos prazos de pagamento.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Líquido era de R\$ 12.844,9 milhões, em comparação com R\$ 15.008,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta variação, de 14,4%, ocorreu principalmente em decorrência da valorização do Real frente ao Dólar ocorrida no período. Desconsiderando a questão cambial, houve um aumento no Patrimônio Líquido decorrente da lucratividade da operação em 2016.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o Ativo Circulante era de R\$ 25.035,9 milhões, em comparação com R\$ 15.434,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representou 54,9% em 31 de dezembro de 2015 e 55,8% em 31 de dezembro de 2014. O aumento de 62,2%, decorreu principalmente da desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar, já que nossa moeda funcional é dólar e os montantes são convertidos em reais pela taxa ao final do período. Como principais variações do Ativo Circulante, as Contas a receber de clientes, líquidas, cresceram 64,9%, em relação ao final de 2014, devido um aumento nos ciclos de pagamento por parte de alguns clientes, já os Estoques encerram o ano de 2015 41,5% acima dos níveis de 2014, dada a variação cambial do período. Desconsiderando o efeito da variação cambial, o principal item que gerou aumento no Ativo Circulante foi Caixa e equivalentes, devido a forte geração livre de caixa no período e refere-se à aplicação de parte do montante captado com a emissão dos *bonds* de US\$ 1 bilhão.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante era de R\$ 20.531,0 milhões, em comparação com R\$ 12.219,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do Ativo, o Ativo Não Circulante representou 45,1% em 31 de dezembro de 2015 e 44,2% em 31 de dezembro de 2014. Este aumento de 68,0%, decorreu do principalmente da desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar, já que nossa moeda funcional é dólar e os montantes são convertidos em reais pela taxa ao final do período.

Como principais variações do Ativo não Circulante, o Intangível aumentou 63,9% milhões, em 2015, como consequência de investimentos contínuos no desenvolvimento de produtos, já o Imobilizado, terminou 2015, com um aumento de 47,1% em relação ao nível registado no final de 2014, também devido a variação cambial no período.

Desconsiderando o efeito da variação cambial, a principal linha de variação significativa foi Investimentos Financeiros e refere-se à aplicação de parte do montante captado com a emissão dos *bonds* de US\$ 1 bilhão.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo Circulante era de R\$ 12.029,0 milhões, em comparação com R\$ 6.781,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o passivo circulante representava 26,4% em 31 de dezembro de 2015 e 24,5% em 31 de dezembro de 2014. Do aumento de 77,4%, destaca-se a variação nos empréstimos e financiamentos, referentes a contratos de longo prazo que foram transferidos para curto prazo.

Como outras variações, a conta de Adiantamentos de clientes cresceu 67,6% no ano, devido principalmente à evolução do número de novas encomendas ocorridas durante 2015, tanto no segmento de Aviação Comercial quanto no de Aviação Executiva, já fornecedores, ficaram maiores 55,2%, em comparação a 2014, devido principalmente à variação cambial ocorrida no período.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo Não Circulante era de R\$ 18.529,2 milhões, em comparação com R\$ 10.607,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Não Circulante representava 40,7% em 31 de dezembro de 2015 e 38,4% em 31 de dezembro de 2014. Este aumento 74,7% decorreu substancialmente da variação cambial durante 2015. Desconsiderando esse efeito, temos um aumento na linha de empréstimos e financiamentos referente a emissão de *bonds* em 2015.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Líquido era de R\$ 15.008,7 milhões, em comparação com R\$ 10.265,5 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esta variação, 46,2%, decorreu da variação cambial, em 2015, uma vez que essa rubrica em dólares teve um aumento de apenas 1%.

Demonstração do Resultado

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	2016 x 2015	2015 x 2014
Receitas Líquidas	21.435.696	100,0 %	20.301.771	100,0 %	14.935.910	100,0 %	5,6%	35,9%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	- 17.166.104	- 80,1%	- 16.545.358	- 81,5%	- 11.977.173	- 80,2%	3,8%	38,1%
Lucro Bruto	4.269.592	19,9%	3.756.413	18,5%	2.958.737	19,8%	13,7%	27,0%
Receitas (Despesas) Operacionais								
Administrativas	-574.129	-2,7%	-609.223	-3,0%	-489.122	-3,3%	-5,8%	24,6%
Comerciais	-1.289.043	-6,0%	-1.206.620	-5,9%	-989.413	-6,6%	6,8%	22,0%
Pesquisas	-161.989	-0,8%	-142.303	-0,7%	-112.605	-0,8%	13,8%	26,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-1.525.684	-7,1%	-694.222	-3,4%	-63.675	-0,4%	119,8%	990,3%
Equivalência patrimonial	-955	0,0%	-978	0,0%	-148	0,0%	-2,4%	560,8%

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	2016 x 2015	2015 x 2014
Resultado Operacional	717.792	3,3%	1.103.067	5,4%	1.303.774	8,7%	-34,9%	-15,4%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-172.792	-0,8%	-74.915	-0,4%	-63.030	-0,4%	130,7%	18,9%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	10.821	0,1%	73.740	0,4%	-39.693	-0,3%	-85,3%	-285,8%
Lucro antes do imposto	555.821	2,6%	1.101.892	5,4%	1.201.051	8,0%	-49,6%	-8,3%
Imposto de renda e contribuição social	35.990	0,2%	-820.284	-4,0%	-374.451	-2,5%	-104,4%	119,1%
Lucro líquido do exercício	591.811	2,8%	281.608	1,4%	826.600	5,5%	110,2%	-65,9%
Lucro atribuído aos:								
Acionistas da Embraer	585.433	2,7%	241.601	1,2%	796.085	5,3%	142,3%	-69,7%
Acionistas não controladores	6.378	0,0%	40.007	0,2%	30.515	0,2%	-84,1%	31,1%
Média ponderada das ações em circulação no período (em milhares)								
Básico	735.571	3,4%	730.205	3,6%	733.677	4,9%	0,7%	-0,5%
Diluído	737.261	3,4%	733.569	3,6%	737.463	4,9%	0,5%	-0,5%
Lucro por ação								
Básico	0,7959	0,0%	0,3309	0,0%	1,0851	0,0%	140,5%	-69,5%
Diluído	0,7941	0,0%	0,3294	0,0%	1,0795	0,0%	141,1%	-69,5%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Receita Líquida e Margem Bruta

Em 2016, a Embraer entregou 108 aeronaves comerciais e 117 executivas (73 jatos leves e 44 jatos grandes). Isso se compara a um total de 101 aeronaves comerciais e 120 executivas (82 jatos leves e 38 jatos grandes) entregues em 2015.

Esse aumento do número de entregas em 2016, com crescimento das entregas de aeronaves de maior valor agregado como o E-175, o E-190 e os Legacys 450 e 500, assim como o crescimento de 20% da receita do segmento de Defesa & Segurança, impactaram positivamente a receita líquida que ficou em R\$ 21.435,7 milhões, 5,6% maior que os R\$ 20.301,8 milhões de 2015. Consequentemente a margem bruta do período alcançou 19,9% e ficou também acima dos 18,5% registrados no ano anterior.

Despesas administrativas e Comerciais

Em 2016, as despesas administrativas caíram 5,8% e totalizaram R\$ 574,1 milhões, representando 2,7% da receita de 2016. Essa queda pode ser explicada pelo início do impacto das iniciativas de redução de custos em curso na Companhia.

Em 2016, as despesas comerciais tiveram crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior e subiram de R\$ 1.206,6 milhões para R\$ 1.289,0 milhões.

Despesas de pesquisa

As despesas com pesquisa totalizaram R\$ 161,9 milhões em 2016, crescimento de 13,8% e ficaram dentro das estimativas iniciais da Companhia, cumprindo todos os objetivos estabelecidos para o período.

Outras receitas (despesas) operacionais

A conta Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizou despesa de R\$ 1.525,7 milhões em 2016 comparada a despesa de R\$ 694,4 milhões em 2015. Esse aumento foi impactado principalmente pelo reconhecimento de R\$ 778,1 milhões (US\$ 228,0 milhões) em provisões relacionadas ao encerramento da investigação do FCPA e pelo reconhecimento de R\$ 379,6 milhões do programa de demissão voluntária (PDV), assim como pelas despesas de redução do valor recuperável dos ativos (*impairment*) na carteira de aeronaves usadas da Embraer.

Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras

Em 2016, o lucro e a margem operacional (EBIT) foram de R\$ 717,8 milhões e 3,3%, respectivamente, comparados aos R\$ 1.103,1 milhões e 5,4%, respectivamente, em 2015. Apesar do maior número de entregas de aeronaves na Aviação Comercial, aliado ao aumento das entregas dos Legacys 450 e 500 e ao crescimento da receita e da rentabilidade do negócio de Defesa & Segurança, as provisões citadas acima foram decisivas nessa queda do lucro operacional.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Receita Líquida e Margem Bruta

Em 2015, a Embraer entregou a um total acumulado de 101 aeronaves comerciais e 120 executivas (82 jatos leves e 38 jatos grandes). Isso se compara a um total de 92 aeronaves comerciais e 116 executivas (92 jatos leves e 24 jatos grandes) entregues em 2014. Apesar do aumento no número de entregas em 2015, a variação cambial foi o principal motivo do crescimento de 35,9% da Receita líquida da Embraer que atingiu R\$ 20.301,8 milhões.

Em 2015, a Margem bruta foi de 18,5%, comparada com os 19,8% de 2014 devido a fatores tais como a revisão de base de custos para determinados contratos no segmento de Defesa & Segurança, a mudança do *mix* de produtos entregues no segmento de Aviação Comercial, que teve aumento nas entregas das aeronaves E175, de menor valor que as aeronaves E190 e E195 e a menor Margem bruta apresentada pelo segmento de Aviação Executiva.

Despesas administrativas e Comerciais

Em 2015, as Despesas administrativas totalizaram R\$ 609,2 milhões, crescendo 24,6%, em relação aos R\$ 489,1 milhões do ano anterior. Além da variação cambial, o dissídio coletivo anual, também teve impacto nos gastos com a folha de pagamento no Brasil.

Em 2015, as Despesas comerciais totalizaram R\$ 1.206,6 milhões e ficaram 22,0% acima dos R\$ 989,4 milhões de 2014, esse aumento foi reflexo da variação cambial, apesar dos esforços de eficiência de custos que resultaram na redução de 13,9% dessas despesas registradas em dólares.

Despesas de pesquisa

Em 2015, as despesas de pesquisa tiveram um aumento de 26,4% na comparação com 2014, principalmente devido ao dissídio coletivo anual, gerando impacto na folha de pagamento, conforme mencionado acima.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram despesa de R\$ 694,2 milhões em 2015, comparado a despesa de R\$ 63,7 milhões em 2014. Esse aumento foi impactado pelo reconhecimento de R\$ 390,6 milhões (US\$ 100,9 milhões) em provisões referentes à exposição da companhia pelas obrigações de garantia financeira, como resultado do pedido de recuperação judicial (*Chapter 11*, em inglês) do cliente Republic Airways Holdings. Também, essa linha foi afetada pelas provisões para perdas na avaliação de aeronaves usadas.

Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras

O lucro operacional atingiu R\$ 1.103,1 milhões, com margem operacional de 5,4% em 2015 comparado a R\$ 1.303,8 milhões com margem operacional de 8,7% em 2014, Essa redução na margem operacional deve-se a diversos fatores: (i) redução na margem bruta mencionada acima, (ii) aumento nas despesas administrativas, comerciais e pesquisa com o dissídio concedido aos funcionários em linha com a inflação e (iii) provisão de garantias financeiras pela recuperação judicial do cliente Republic e perdas na avaliação de aeronaves usadas.

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 x 2015	2015 x 2014
Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício	591.811	281.608	826.600	110,2%	-65,9%
Itens que não afetam o caixa					
Depreciações	674.551	536.592	397.368	25,7%	35,0%
Amortização subsídios governamentais	-10.436	-	-	-	-
Amortizações	601.391	536.726	279.463	12,0%	92,1%
Amortização de contribuição de parceiros	-132.257	-116.432	-59.850	13,6%	94,5%
Perda (reversão) por obsolescência dos estoques	-75.983	19.508	-9.907	-489,5%	-296,9%
Perda (reversão) por ajuste valor de mercado, estoque e imobilizado	284.703	83.289	52.067	241,8%	60,0%
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	37.585	26.794	-4.846	40,3%	-652,9%
Perdas na alienação de ativo permanente	66.508	170.584	41.859	-61,0%	307,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-529.067	380.037	193.495	-239,2%	96,4%
Juros sobre empréstimos	-33.265	107.668	36.874	-130,9%	192,0%
Juros sobre títulos e valores mobiliários	-175.268	-28.272	-	519,9%	-
Equivalência patrimonial	955	978	148	-2,4%	560,8%
Remuneração em ações	4.799	7.876	12.267	-39,1%	-35,8%
Variação monetária e cambial	-40.745	-93.212	30.428	-56,3%	-406,3%
Marcação a mercado das garantias de valor residual	90.104	-374	51.203	-24.192,0%	-100,7%
Contas a pagar para penalidades	231.601	-	-	-	-
Plano de demissão voluntária	88.878	-	-	-	-
Outros	-5.162	-7.600	-30.637	-32,0%	-75,2%

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 x 2015	2015 x 2014
Varição nos ativos					
Investimentos financeiros	-1.122.991	-194.954	361.774	476,0%	-153,9%
Instrumentos financeiros derivativos	-80.265	-2.732	36.688	2.838,0%	-107,4%
Contas a receber e contas a receber vinculadas	518.724	-263.006	-312.840	-297,2%	-15,9%
Financiamento a clientes	74.843	38.861	13.709	92,6%	183,5%
Estoques	-656.664	839.030	-142.998	-178,3%	-686,7%
Outros ativos	351.658	-653.815	-241.630	-153,8%	170,6%
Varição nos passivos					
Fornecedores	-344.864	354.906	-63.351	-197,2%	-660,2%
Dívida com e sem direito de regresso	-36.462	-55.262	-1.169	-34,0%	4.627,3%
Contas a pagar	-102.568	-246.646	2.913	-58,4%	-8.567,1%
Contribuição de parceiros	448.114	459.361	345.519	-2,4%	32,9%
Adiantamentos de clientes	-321.027	502.195	-413.589	-163,9%	-221,4%
Impostos a recolher	-540.389	258.088	-138.921	-309,4%	-285,8%
Garantias financeiras	-294.281	226.122	-169.413	-230,1%	-233,5%
Provisões diversas	165.379	78.209	52.900	111,5%	47,8%
Receitas diferidas	-39.928	386.636	129.310	-110,1%	199,0%
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais	-309.018	3.632.763	1.275.434	-108,5%	184,8%
Atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado	-1.352.262	-1.141.230	-670.904	18,5%	70,1%
Subsídios para ativo imobilizado	-	-	-	-	-
Baixa de imobilizado	9.680	157.712	-	-93,9%	-
Adições ao intangível	-1.751.692	-1.452.595	-986.277	20,6%	47,3%
Adições investimentos em subsidiárias e coligadas	-9.183	-4.725	-1.165	94,3%	305,6%
Investimentos mantidos até o vencimento	-249.096	-2.732.661	68.469	-90,9%	-4091,1%
Empréstimos concedidos	-47.494	-	-	-	-
Dividendos recebidos	292	-	-	-	-
Caixa restrito para construção de ativos	17.567	16.367	-	7,3%	-
Caixa usado nas atividades de investimento	-3.382.188	-5.157.132	-1.589.877	-34,4%	224,4%
Atividades de financiamento					
Novos financiamentos obtidos	1.945.078	5.543.698	1.924.920	-64,9%	188,0%
Financiamentos pagos	-1.777.122	-1.497.654	-953.015	18,7%	57,1%
Dividendos e juros sobre capital próprio	-99.801	-182.363	-229.810	-45,3%	-20,6%
Recebimento de opções de ações exercidas	6.493	23.477	46.654	-72,3%	-49,7%
Aquisição de ações próprias	-59.997	-	-	-	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	14.651	3.887.158,0	788.749	-99,6%	392,8%
Aumento (redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa	-3.676.556	2.362.789	474.306	-255,5%	398,2%
Efeito das variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa	-733.030	1.542.782	131.571	-147,5%	1.072,6%
Caixa e equivalentes de caixa no início do	8.455.771	4.550.200	3.944.323	85,8%	15,4%

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 x 2015	2015 x 2014
exercício					
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.046.185	8.455.771	4.550.200	-52,1%	85,8%

Caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 4.046,2 milhões, R\$ 8.455,8 milhões e R\$4.550,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 respectivamente, conforme análise a seguir:

Caixa líquido das atividades operacionais

A geração de caixa operacional em 2016 teve uma redução de 108,5% em relação a 2015. Esta redução tem origem principalmente no modelo de investimentos financeiros feitos pela Companhia em 2016. Neste ano, parte dos investimentos classificados como ao valor justo por meio do resultado ou mantido para venda (atividades operacionais) foram investidos em novas aplicações classificadas como mantido até vencimento (atividades de financiamento). Além disso, houve uma redução nos adiantamentos de clientes no período. Houve também um substancial consumo de caixa na aquisição de estoques, assim como um grande volume de pagamentos efetuados a fornecedores, além de cobertura de garantias financeiras que geraram desembolso por parte da Companhia referente à recuperação judicial da Republic Airways.

As principais razões para a geração de fluxo de caixa operacional mais elevado em 2015, em relação a 2014 foi devido a melhorias em diversas contas patrimoniais. Apesar do maior número de entregas de aeronaves em 2015, houve um aumento nos estoques, em virtude da variação cambial. Adiantamentos de clientes teve um aumento durante o ano, refletindo o crescimento em novas ordens, em ambos os segmentos de aviação comercial e aviação executiva em 2015. O total de Contas a Receber encerrou 2015 em R\$ 3.059,0 representando um aumento de R\$ 1.189,8, em relação a 2014, refletindo ciclos de pagamento estendido por parte de alguns clientes. No entanto, as Contas a Receber caíram desde o final do 2º Trimestre de 2015, na sequência de ajustes em alguns dos contratos de defesa e de segurança da empresa.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Em 2016, tivemos uma redução de 34,4% no uso de caixa nas atividades de investimento, explicada principalmente pela movimentação entre os investimentos financeiros de curto prazo (marcados a mercado e disponíveis para venda e que afetam caixa operacional) e os de longo prazo (mantidos até o vencimento e que afetam as atividades de investimento), outros itens mantiveram-se estáveis, com destaque para o consumo maior de caixa com ativos intangíveis e imobilizado em função do projeto das aeronaves E-Jets E2.

O uso de caixa aplicado nas atividades de investimento teve um aumento significativo durante 2015, explicado pelo aumento nas adições ao intangível, com o avanço no desenvolvimento do projeto E2 na aviação comercial e a finalização dos projetos da aviação executiva, com o Legacy 450 e 500. Em 2015, também tivemos aumento de Títulos e Valores Mobiliários, referente a emissão dos *bonds* em 2015, que foi contabilizada em parte como investimento financeiro de longo prazo no balanço e refletido no fluxo de caixa como atividade de investimento.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O volume de caixa gerado nas atividades de financiamento em 2015 foi atípico, em função da emissão de títulos de dívida (*Bonds*) efetuados pela Companhia naquele ano. Em 2016, houve uma readequação ao fluxo normal de geração de caixa, com pagamentos e entradas de caixa em função de financiamentos equilibrados.

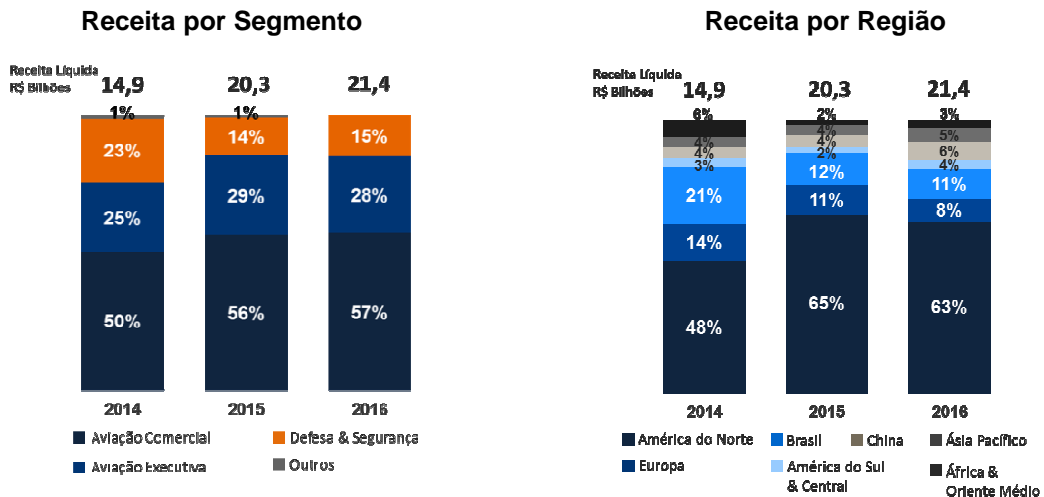
Em 2014, tivemos um aumento no caixa gerado nas atividades de financiamento, principalmente pela redução de 32,8% em financiamentos pagos.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor, incluindo (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os principais componentes que afetam a receita da Companhia são (1) volume de entregas de aeronaves comerciais e executivas; (2) *mix* de entregas entre jatos pequenos e grandes da aviação comercial e aviação executiva, onde os jatos grandes normalmente possuem preços mais altos do que os pequenos, (3) variação cambial, tendo o dólar norte-americano como a moeda funcional da Companhia; (4) receitas de serviços, onde se enquadram serviços de manutenção, fornecimento de peças, treinamento, etc, os quais também tem uma contribuição importante sobre a receita da Companhia; (5) a entrada em serviço de novos produtos.

Os gráficos abaixo demonstram a receita total da Companhia dividida por unidade de negócio e por região geográfica. É possível notar que o segmento de Aviação Comercial responde pela maior parte da receita da Companhia, seguido da Aviação Executiva, Defesa & Segurança e Outros. Sob o ponto de vista geográfico, a participação da receita na América do Norte subiu substancialmente de 2014 para 2015 e, em 2016 se manteve no mesmo patamar, por conta do alto volume de entregas dos jatos comerciais E175 nesse mercado, resultado do sucesso nas diversas campanhas de venda ocorridas nos Estados Unidos nos últimos quatro anos, em que a Companhia capturou mais de 80% de todos os pedidos de jatos de 76 assentos.



No ano de 2016, as exportações da Embraer totalizaram US\$ 4.420,9 milhões, colocando a Companhia como a terceira maior exportadora brasileira, e com relevante contribuição positiva para o saldo da balança comercial brasileira.

Em 2016, o resultado operacional foi de R\$ 717,7 milhões (US\$ 205,9 milhões) e margem operacional foi de 3,3%. Os principais contribuintes para esse resultado foram as provisões relacionadas ao encerramento da investigação do FCPA e do programa de demissão voluntária (PDV) que impactaram negativamente a linha de Outras Despesas Operacionais.

Em outubro de 2016, a Embraer divulgou os termos para o encerramento da investigação do FCPA junto às autoridades norte-americanas e brasileiras. Dentre as obrigações definidas nos diferentes acordos, a Companhia concordou em efetuar o pagamento de R\$ 778,1 milhões (US\$ 228,0 milhões) a essas autoridades, cujo valor foi provisionado e impactou os resultados de 2016. Além disso, em agosto de 2016, a Companhia abriu um programa de demissão voluntária (PDV) no qual houve a adesão de 1.650 empregados e que gerou uma provisão de R\$ 379,6 milhões (US\$ 117,4).

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Entre 2015 e 2016, a Receita líquida consolidada apresentou alta de 6%, passando de R\$ 20.301,8 milhões para R\$ 21.435,7 milhões. Essa alta ocorreu pelo crescimento das entregas de aeronaves de maior valor agregado como o E-175, o E-190 e os Legacy 450 e 500, assim como o crescimento de 20% da receita do segmento de Defesa & Segurança que foi beneficiado pela valorização do Real em 17%, ocorrida no período.

A receita líquida do segmento de Aviação Comercial cresceu 7% em 2016 (em 2015, foi de R\$ 12.149,8 milhões, comparados aos R\$ 11.348,9 milhões em 2015), com um incremento das entregas de aeronaves comerciais de 101 em 2015 para 108 em 2016, seu maior volume nos últimos sete anos. A composição das entregas desse segmento se manteve estável, com uma proporção de 83% de jatos menores (E170 e E175) em relação aos modelos maiores (E190 e E195).

A receita líquida do segmento de Aviação Executiva teve queda de 2% em 2016 registrando R\$ 5.962,5 milhões comparados aos R\$ 6.090,9 milhões em 2015. O menor volume de receitas se justifica pela queda do número de jatos executivos entregues em 2016. No ano de 2016, foram entregues 117 aeronaves (73 jatos leves e 44 jatos grandes), enquanto que em 2015 houve a entrega de 120 aeronaves (82 jatos leves e 38 jatos grandes). Apesar de a Companhia ter entregado 44 jatos grandes (correspondente a 38% do total de jatos entregues) em 2016, número superior aos 38 jatos grandes (correspondente a 32% do total) entregues em 2015, a situação de alta competitividade e alto nível de estoque de produtos usados e novos do mercado de aviação executiva, tem pressionado os preços e as margens desse segmento.

A receita líquida do segmento de Defesa & Segurança teve crescimento de 20%, passando de R\$ 2.695,4 milhões em 2015 para R\$ 3.228,5 milhões em 2016. O principal contribuinte para o aumento da receita líquida em comparação ao ano anterior foi a valorização de 17% do real, dado que grande parte da receita desse segmento é denominada nessa moeda. Em 2016, a Companhia manteve sua estratégia de prospecção de novos clientes no mercado internacional e manutenção do foco em quatro programas principais: LAS / Super Tucano, para a Força Aérea dos Estados Unidos, o cargueiro KC-390, para a Força Aérea Brasileira, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Brasileiro (SGDC) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), para o Exército Brasileiro.

Entre 2015 e 2014, a receita líquida consolidada apresentou alta de 36%, passando de R\$ 14.935,9 milhões para R\$ 20.301,8 milhões. Essa alta expressiva da receita se deu principalmente devido ao aumento do número total de aeronaves entregues e também devido à variação cambial ocorrida no período, em que a taxa média do real versus o dólar teve desvalorização de 42% e afetou positivamente a receita em real nos segmentos de Aviação Comercial e Aviação Executiva.

A receita líquida do segmento de Aviação Comercial cresceu 52% em 2015, partindo de R\$ 7.475,6 milhões em 2014 para R\$ 11.348,9 milhões em 2015, com um incremento das entregas de aviões comerciais de 92 em 2014 para 101 em 2015. Houve crescimento da receita apesar de uma composição de entregas menos favorável no ano, resultado de uma maior proporção de entregas de jatos menores (E170 e E175) relativo aos modelos maiores (E190 e E195). Em 2015, 83% das entregas no segmento de Aviação Comercial foram dos modelos E170 e E175, comparado com 69% das entregas em 2014. Os jatos maiores geralmente têm preços de venda mais altos do que os jatos menores

A receita líquida do segmento de Aviação Executiva teve crescimento de 58% em 2015, registrando R\$ 6.090,9 milhões comparados com os R\$ 3.847,3 milhões em 2014. O maior volume de receita em 2015 se justifica pelo crescimento das entregas de jatos executivos e da variação cambial durante o período. Durante 2015, foram entregues 120 aeronaves (82 jatos leves e 38 jatos grandes) comparadas com as entregas de 116 aeronaves (92 jatos leves e 24 jatos grandes) em 2014, aumento de 3%. Além disso, a Companhia teve uma composição de receita de produtos e serviços mais favorável em termos de entregas de jatos grandes em 2015 (32% de entregas totais do segmento em 2015, comparado a 21% de entregas do segmento em 2014). Os jatos grandes geralmente têm preços de venda mais altos do que os jatos leves. Na categoria de jatos grandes estão incluídos os modelos Legacy 500 e Legacy 450, cujas entradas em serviço ocorreram em Outubro de 2014 e Dezembro de 2015, respectivamente.

A receita líquida do segmento de Defesa & Segurança caiu 21%, passando de R\$ 3.428,8 milhões em 2014 para R\$ 2.695,5 milhões em 2015. As receitas desse segmento são reconhecidas pelo método de *Percentage of Completion* (POC) por meio de custo incorrido ou do avanço físico, além do reconhecimento no ato da entrega ou embarque. A Embraer Defesa e Segurança teve recuo na receita líquida em comparação ao ano de 2014, principalmente em razão da desvalorização do real e do redimensionamento de alguns contratos com o Governo Brasileiro. Diante desse cenário, a

Companhia buscou expandir sua atuação no mercado internacional e a prospectar novos clientes, além de ter mantido o foco em quatro programas principais: LAS / Super Tucano, para a Força Aérea dos Estados Unidos, o cargueiro KC-390, para a Força Aérea Brasileira, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Brasileiro (SGDC) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), para o Exército Brasileiro.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Considerando que a moeda funcional definida pela Companhia é o dólar norte americano, o resultado financeiro de variação cambial apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia refere-se basicamente aos itens monetários em moedas diferentes do dólar norte americano. Como estratégia para mitigação de risco, a alocação do caixa em ativos denominados em reais ou dólares norte americano da Embraer é uma das principais ferramentas para proteger contra as variações da taxa de câmbio.

Tendo em vista que a Companhia faz emissões de dívidas no exterior conforme descritas no item 10.1(i) deste Formulário de Referência e mantém o caixa principalmente em dólar norte americano, a variação da taxa de câmbio influencia diretamente no resultado financeiro, porém não traz risco no planejamento financeiro da Companhia, dado que a moeda funcional é o dólar norte americano.

A taxa de juros afeta o resultado financeiro da Embraer, visto que é uma empresa com atuação global e mantém a composição do caixa principalmente em reais e em dólares norte americano, portanto um aumento ou queda na taxa de juros locais influenciam nas receitas financeiras da Companhia. No período de 2016 o volume aplicado em reais era de R\$3.693.883 mil, em 2015 o volume aplicado em reais era de R\$3.758.322 mil, em 2014 o volume correspondia a R\$3.681.678 mil. As aplicações no exterior são atreladas a uma taxa pré-fixada e considerando que as taxas de juros mantiveram-se estáveis e relativamente baixas no período não provocaram variações significativas no resultado financeiro.

Nos últimos três anos não houve impacto de variação de preços dos principais insumos e produtos sobre o resultado operacional e/ou financeiro da Companhia, o impacto mais significativo foi a variação sobre a mão de obra, conforme já descrito acima.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 20 de dezembro de 2016, a Embraer anunciou a criação de uma unidade de negócios com foco em serviços e suporte ao cliente. A nova unidade de negócios será responsável pelo desenvolvimento de soluções em suporte aos produtos e serviços, atuais e novos, bem como por efetuar a gestão dos processos e recursos associados a eles. Apenas considerando a aviação comercial, existem hoje em operação cerca de 2.000 aeronaves Embraer. A isso, somam-se mais de 1.000 jatos executivos, além de aviões de defesa. Ao longo dos próximos 20 anos, somente na categoria de jatos comerciais de até 130 assentos, estima-se a entrada em serviço de 6.400 novos aviões. Na aviação executiva, haverá mais de 8.000 novos jatos em serviço nos próximos dez anos, sem contar a comercialização da frota usada.

Como a nova unidade inicia suas operações no primeiro semestre de 2017, não houve impacto nas demonstrações financeiras e no resultado da Companhia no ano de 2016.

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro, 2015 e 2014 a introdução ou alienação de qualquer linha de negócio da Companhia, ou seja, de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante envolvendo a Companhia e suas controladas.

(c) Eventos ou operações não usuais

- Em 9 de junho de 2016, a Embraer emitiu fato relevante ao mercado comunicando a renúncia de Frederico Fleury Curado, do cargo de Diretor Presidente da Companhia. Após mais de 32 anos na Embraer, 22 dos quais na Diretoria, Frederico Fleury Curado se dedicará a outras atividades profissionais e pessoais. Paulo César de Souza e Silva, executivo da Embraer desde 1997 que ocupava o cargo de Vice-Presidente Executivo para a Aviação Comercial, foi eleito como novo Diretor-Presidente. Frederico Fleury Curado foi eleito para o cargo de Diretor Executivo sem designação específica, e auxiliou na transição da gestão até o final do ano de 2016. A transferência das funções executivas aconteceu em julho de 2016. Não houve impacto nas Demonstrações Financeiras e de Resultado da Companhia no ano de 2016 em virtude da mudança de presidente.
- A Embraer S.A. anunciou em 29 de julho de 2016 que reviu suas projeções de entregas de Jatos Executivos, Receita Total, Receita para Jatos Executivos e Outros, EBIT Ajustado e Margem de EBIT Ajustada, EBITDA Ajustado e Margem de EBITDA Ajustada, e Fluxo de Caixa Livre para 2016. Os valores ajustados excluem o impacto de US\$ 200 milhões de provisão para perdas no 2º trimestre de 2016, relacionado à investigação sobre alegação de não conformidade com o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act*. As condições de negócio na indústria de jatos executivos se provaram mais difícil do que o esperado, com pressão constante na venda de novos jatos, decorrente de estoques elevados de jatos usados e um ambiente mais competitivo. Em resposta, a Companhia adotou uma abordagem mais cautelosa para as entregas de jatos executivos em 2016 e considerou a entrega de 70 – 80 jatos executivos leves e 35 – 45 jatos executivos grandes (de 75 – 85 e 40 – 50 anteriormente). Em decorrência da redução das entregas de jatos executivos, a Companhia agora espera que as receitas no segmento de Jatos Executivos fiquem, em 2017, entre US\$ 1,60 – US\$ 1,75 bilhões (de US\$ 1,75 – US\$ 1,90 bilhões anteriormente). Com este impacto, combinado com uma redução de receita no valor de US\$ 50 milhões no segmento de Outros negócios, decorrente de um ambiente mais desafiador no Brasil, as receitas consolidadas para o ano são agora esperadas em uma faixa entre US\$ 5,8 – US\$ 6,2 bilhões, uma redução da faixa anterior de US\$ 6,0 – US\$ 6,4 bilhões. Com relação aos segmentos de Aviação Comercial, bem como de Defesa & Segurança, as receitas da Embraer e panorama de entregas permanecem inalterados. Em decorrência da diluição de

custo fixo mais baixa no segmento de Jatos Executivos, as projeções da Embraer para EBIT Ajustado e Margem de EBIT Ajustado consolidados é agora de US\$ 405-500 milhões (de US\$ 480-545 milhões) e 7,0 – 8,0% (de 8,0 - 8,5%), respectivamente. As projeções para EBITDA Ajustado e Margem de EBITDA Ajustado para 2017 foram também reduzidas para US\$ 735 - 840 milhões (de US\$ 800 - 870 milhões) e 12,7-13,5% (de 13,3 – 13,7%), respectivamente. Além disso, como consequência da previsão mais baixa de entregas de Jatos Executivos em 2016 e atuais cronogramas de fabricação para o restante do ano, a Companhia espera ter estoque de ativos acabados adicional para 2017, levando a uma redução na geração de Fluxo de Caixa Livre este ano. As Projeções de Fluxo de Caixa Livre revisadas para 2016 são agora de um consumo de não mais que US\$ 400 milhões, em comparação com a Projeção de Fluxo de Caixa Livre anterior, cujo consumo seria de não mais que US\$ 100 milhões. Este Fluxo de Caixa Livre revisado não inclui quaisquer potenciais pagamentos em dinheiro relacionados a provisão para perdas mencionada acima. É importante notar que a Embraer irá trabalhar para recuperar a lucratividade no segmento de Jatos Executivos nos próximos trimestres, ajustando custos e produção para os níveis de demanda atuais. As Projeções de 2016 da Companhia para investimento total permaneceram inalteradas: despesas com Pesquisas de US\$ 50 milhões, Desenvolvimento de US\$ 325 milhões, e CAPEX de US\$ 275 milhões.

- Em agosto de 2016 a Companhia abriu um programa de demissão voluntária (PDV), para o qual houve a adesão de 1.650 empregados e que gerou uma provisão de R\$ 379,6 milhões. O desembolso de caixa para pagamento das obrigações relacionadas ao PDV ocorreu ao longo do final de 2016 e início de 2017.
- Em 24 de outubro de 2016, a Companhia concluiu acordos definitivos (“Acordos Definitivos”) com o Departamento de Justiça dos E.U.A. (U.S. Department of Justice, ou “DOJ”) e a Comissão de Valores Mobiliários dos E.U.A. (U.S. Securities and Exchange Commission ou “SEC”) para a resolução de descumprimentos criminal e cível das leis anticorrupção dos EUA (Foreign Corrupt Practices Act, ou “FCPA”). Adicionalmente, a Companhia concluiu um termo de compromisso e de ajustamento de conduta (“TCAC”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a resolução de descumprimentos de determinadas leis brasileiras. Sob os Acordos Definitivos com o DOJ e a SEC, a Companhia assumiu as seguintes obrigações principais:
 - Pagar US\$98,2 milhões à SEC (dos quais, US\$20,0 milhões ou R\$64,0 milhões devidos à CVM e ao MPF sob o TCAC, conforme abaixo descrito), a título de devolução do lucro indevido;
 - Pagar US\$107,3 milhões ao DOJ, a título de penalidade por uma violação das disposições do FCPA sobre pagamentos indevidos a funcionários públicos e uma violação das disposições do FCPA sobre a obrigação de manter registros contábeis precisos;
 - Nos termos de um acordo com o DOJ de diferimento condicional da persecução criminal (*deferred prosecution agreement* ou “DPA”) contra a Companhia, concordar que a responsabilização com relação aos fatos reconhecidos será diferida por três anos, e será dispensada após tal prazo caso não venha a violar os termos do DPA; e
 - Contratar uma monitoria externa e independente, pelo período de três anos.

Em paralelo aos Acordos Definitivos com as autoridades norte-americanas, a Companhia concluiu um TCAC com o MPF e a CVM para encerrar de forma não-contenciosa qualquer pretensão que pudesse ser deduzida em ação civil pública ou processo administrativo sancionador no Brasil. O TCAC também foi aprovado pelas instâncias competentes e está em pleno vigor. Sob o TCAC, a Companhia reconheceu a prática entre 2007 e 2011 de determinadas condutas descritas no TCAC que resultaram no descumprimento de certas leis brasileiras e assumiu as seguintes obrigações principais:

- Pagar o valor total equivalente a US\$20,0 milhões ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, a título de desfazimento do enriquecimento sem causa lícita da Companhia, de reparação exclusivamente por danos difusos e para desestímulo de práticas semelhantes. Este valor foi abatido dos valores devidos à SEC, conforme descrito acima; e

- Colaborar com o MPF e a CVM em processos judiciais e administrativos relativos aos atos reconhecidos pela Companhia como tendo sido cometidos por seus representantes.

Nos termos do TCAC, o MPF e a CVM reconheceram que a Companhia efetuou “voluntariamente ampla investigação interna, a qual contribuiu para elucidar os fatos em apuração nas instancias criminal e administrativa, e haver procurado espontaneamente as autoridades, que reconhecem sua boa-fé na iniciativa”, e assumiram as seguintes obrigações principais:

- O MPF se obrigou a não propor ação civil pública ou ação de improbidade administrativa contra a Companhia com base nos fatos já reconhecidos pela Companhia, e a encerrar ou desistir de determinados procedimentos em curso;
- A CVM se obrigou a arquivar inquérito administrativo contra a Companhia com base nos fatos já reconhecidos; e
- O MPF e a CVM se obrigaram a empreender gestões junto a quaisquer órgãos públicos da Administração Federal para dar conhecimento do TCAC e para empreender gestões para que o TCAC seja levado em consideração a propósito de quaisquer outros procedimentos ou decisões com base nos fatos já reconhecidos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, os valores pagos sob os Acordos Definitivos e o TCAC foram (i) US\$ 107,3 milhões ou R\$ 341,3 milhões ao DOJ; (ii) US\$ 20,0 milhões ou R\$ 68,1 milhões à SEC; e (iii) US\$ 20,0 milhões ou R\$ 64,0 milhões ao MPF e à CVM. Nessa mesma data, os valores em aberto e devidos à SEC representam US\$ 58,2 milhões ou R\$ 189,8 milhões.

Em observância às obrigações assumidas nos Acordos Definitivos, a Companhia contratou, com a aprovação do DOJ e da SEC, em 22 de fevereiro de 2017, o monitor Alexandre Herman Rene, para avaliar o cumprimento pela Companhia dos Acordos Definitivos, em especial das obrigações de manter controles e procedimentos eficazes para prevenir a prática de violações das leis anticorrupção dos E.U.A.

Os Acordos Definitivos e o TCAC representam o encerramento da investigação interna de alegações de não conformidade com o FCPA e com determinadas leis brasileiras em quatro transações de aeronaves fora do Brasil entre 2007 e 2011.

Processos relacionados e desenvolvimentos estão em curso e podem resultar em multas adicionais, bem como outras possíveis penalidades e consequências adversas, as quais poderão ser substanciais. A Companhia acredita que não exista base adequada, no momento, para estimar provisões ou quantificar possíveis contingências relacionadas a esses processos e desdobramentos.

A Companhia continuará cooperando com as autoridades governamentais, conforme as circunstâncias exigirem. Nesse sentido, em 23 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou Acordo Exoneratório com autoridades de Moçambique para colaboração com as investigações naquele país e sob o qual não há obrigações financeiras para a Embraer.

Desde o início da investigação interna em 2011, a Companhia empreendeu um amplo esforço para melhorar e expandir seu programa mundial de compliance. Essa tarefa de vários anos envolveu novo exame dos sistemas de compliance da Companhia e, quando apropriado, sua reformulação ou ampliação. Alguns dos principais aperfeiçoamentos incluem a criação de um Departamento de Compliance, a indicação de uma Diretora de Compliance (Chief Compliance Officer) que, no momento, também é a Vice Presidente Executiva Jurídica da Companhia, a qual para assuntos de compliance reporta-se diretamente ao Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração; o desenvolvimento de um programa para monitorar a contratação e o pagamento de terceiros; aperfeiçoamentos nas políticas, procedimento e controles de compliance; o aperfeiçoamento do canal de denúncias anônimas, e outros canais de reclamações, e o desenvolvimento de um programa abrangente de treinamento e educação criado para manter e reforçar uma forte cultura de compliance em todos os níveis da Companhia em todo o mundo. A Companhia continuará promovendo aperfeiçoamentos e atualizações nesse programa de compliance.

- Em agosto de 2016, uma ação coletiva (*putative securities class action*) foi ajuizada em um tribunal norte-americano em face da Companhia e de alguns de seus administradores, atual e antigos. Em outubro de 2016, um tribunal federal de Nova Iorque nomeou um autor principal (*lead plaintiff*) e um advogado principal (*leading counsel*) para a ação coletiva. Em dezembro de 2016, o autor principal apresentou um aditamento ao pedido inicial (*amended complaint*). O *amended complaint* busca mover ações em nome de todas as pessoas e entidades que compraram ou de outra forma adquiriram valores mobiliários da Companhia durante o período entre 11 de janeiro de 2012 até e incluindo 28 de novembro de 2016, alegando violações das leis federais de valores mobiliários dos EUA em relação às investigações internas descritas acima e questões relacionadas (Nota 21). O Tribunal ainda não emitiu um cronograma de instrução para o pedido de julgamento antecipado a favor da Companhia (*motion to dismiss*) e outros aspectos processuais do caso. Até o momento, a Companhia acredita que não existe base adequada para estimar provisões relacionadas a esta ação coletiva.
- A Embraer S.A anunciou em 15 de novembro de 2016 que assinou um contrato com a United Airlines para a venda de 24 jatos E175. Esta encomenda representa uma transferência de 24 jatos E175 previamente alocados para a Republic Airways Holdings (Republic), que estavam na carteira de pedidos da Embraer e então foram cancelados. A Embraer reconheceu um resultado positivo por multa em função do cancelamento de pedido por parte da Republic no valor de R\$ 33,5 milhões (US\$ 10 milhões). Os 24 aviões estão programados para ser entregues para a United Airlines em 2017. O contrato tem um valor total de US\$ 1,08 bilhão, a preço de lista. Este movimento foi refletido nos resultados da Embraer do quarto trimestre de 2016 e não terá impacto incremental na atual carteira de pedidos da Empresa.
- A Embraer S.A. anunciou em 28 de novembro de 2016 que revisou sua programação inicial de certificação e entrada em serviço do jato E175 E2 de 2020 para 2021. Essa reprogramação leva em consideração dois fatores:
 O contínuo interesse pelo jato E175 da geração atual de E-Jets no mercado norte-americano; e a manutenção do atual limite de peso máximo de decolagem (MTOW) das aeronaves com até 76 assentos, com base nas recentes negociações entre as principais companhias aéreas norte-americanas e seus respectivos sindicatos de pilotos.
 Novas negociações entre as companhias aéreas e seus respectivos sindicatos estão previstas para ocorrer em 2019, quando as condições atuais podem ser revistas. Os outros modelos dessa família de aeronaves, o E190 E2 e o E195 E2, permanecem com os seus prazos programados de certificação e entrada em serviço, inalterados, devendo ocorrer no 1º semestre de 2018 e em 2019, respectivamente. A Companhia reitera que o programa de desenvolvimento e de certificação das aeronaves segue normalmente.
 Não houve impacto nas Demonstrações Financeiras e de Resultado da Companhia no ano de 2016 em virtude da reprogramação de entrada em serviço do Jato E175 E2.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houveram mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social corrente e nos dois exercícios imediatamente anteriores.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve qualquer efeito significativo decorrente de mudanças nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente em virtude da alteração da política contábil para subvenções governamentais.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2016, 2015 e 2014

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 não continham qualquer ressalva ou parágrafo de ênfase.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia tem a necessidade de utilizar estimativas para mensuração em certas operações. O uso de uma estimativa está sempre associado ao julgamento e percepções subjetivas, motivo pelo qual a companhia identifica as suas principais estimativas em suas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende o impacto que certas variáveis e premissas utilizadas em suas estimativas poderiam causar em suas demonstrações financeiras, e neste sentido, destaca as políticas consideradas como críticas nos parágrafos abaixo.

Receita das vendas

No segmento de Defesa & Segurança, uma parcela significativa das receitas é oriunda de contratos de desenvolvimento e construção de longo prazo com o governo brasileiro e governos estrangeiros, pelos quais as receitas são reconhecidas de acordo com o POC (*Percentage of Completion*), utilizando o custo incorrido e o avanço físico como referência para mensuração da receita. Para os contratos mensurados pelo custo incorrido, periodicamente, a margem prevista no contrato é reavaliada considerando os custos incorridos e os custos projetados para a sua conclusão. Havendo variação desta margem, a receita já reconhecida destes contratos é ajustada considerando os efeitos da alteração da margem sobre os custos já incorridos. A Administração da Companhia entende que uma projeção inadequada dos custos destes contratos poderia causar distorções na mensuração das respectivas receitas.

Garantias financeiras

No momento que uma garantia financeira é concedida, ela é mensurada pelo seu valor justo e contabilizada como uma dedução de venda, sendo posteriormente reconhecida como receita de vendas durante o período da garantia concedida. A Companhia monitora a situação de crédito do financiado e na ocorrência de qualquer evento oficial (Chapter 11) ou de uma negociação, a exposição é recalculada considerando a melhor estimativa no momento em que o pagamento de uma garantia financeira se torna provável e possa ser estimada confiavelmente passando a reconhecê-la como uma provisão. A Administração da Companhia considera todas as informações disponíveis, assim como os potenciais cenários para elaboração de suas estimativas.

Garantias de valor residual

As garantias de valor residual concedidas na venda de aeronaves novas poderão ser exercidas ao final do contrato de financiamento firmado entre um agente financeiro e o cliente/operador dessas aeronaves. No momento em que são concedidas, as garantias são mensuradas a valor justo e revisadas trimestralmente para refletir eventuais perdas em função do valor justo destes compromissos. As garantias de valor residual podem ser exercidas caso o valor de mercado cotado seja inferior ao valor justo futuro garantido. O valor justo futuro é estimado utilizando avaliações das aeronaves emitidas por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou *leasing* de aeronaves similares no mercado secundário. A Administração da Companhia considera que a avaliação de um terceiro capacitado, além de representar uma fonte independente, é a melhor forma de estimar as eventuais exposições com as garantias de valor residual.

Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

O teste de impairment utiliza o plano estratégico da Companhia para períodos futuros de médio e longo prazo trazidos a valor presente pela taxa WACC (*Weighted Average Capital Cost-Custo Médio Ponderado do Capital*). compatível com o mercado e que reflete a expectativa de retorno dos investidores. Ao elaborar ou usar estas informações, a Companhia faz uso de estimativas como segue:

- (a) **Fluxo de caixa esperado bruto** - a Administração projetou entradas e saídas de caixa com base no seu desempenho passado, considerando suas expectativas para o desenvolvimento

do mercado e estratégia de negócio. Essas projeções também consideram os ganhos de eficiência planejados para o ciclo do produto.

- (b) Taxas de crescimento** - as taxas de crescimento foram refletidas no fluxo de receita orçado pela Companhia, consistentemente com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

Taxas de desconto - é utilizada taxa de desconto WACC que reflete a expectativa de retorno dos investidores no momento em que o cálculo está sendo efetuado. Esta taxa também é comparada com o mercado para validar sua coerência.

As estimativas utilizadas para o cálculo de um eventual ajuste de *impairment*, são de maneira geral informações conhecidas da Administração da Companhia, utilizadas para o gerenciamento de suas operações e definição de suas estratégias. Neste sentido, a Administração considera que o teste de *impairment* utiliza informações futuras e produzidas consistentemente com as melhores estimativas, e portanto, um eventual ajuste de *impairment* seria apurado de forma adequada.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em um mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de valorização. A Companhia utiliza seu julgamento para a seleção de métodos, valendo-se de premissas baseadas em condições de mercado vigentes ao final de cada data de balanço. A Administração da Companhia entende que os métodos e cálculos utilizados são as mesmas técnicas conhecidas e normalmente utilizadas pelo mercado financeiro, portanto refletem adequadamente o valor justo dos instrumentos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em diversos países em que opera, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países, onde a determinação da existência de imposto ao final de determinadas operações é incerta. Também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, estas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. Administração da Companhia considera que o julgamento aplicado por seus especialistas na determinação destas provisões é adequado.

Benefícios a empregados

A Companhia e algumas de suas subsidiárias possuem um plano de benefício médico pós-emprego que provê assistência médica para os empregados aposentados. Para identificar a exposição futura deste benefício e conseqüentemente sua mensuração nas demonstrações financeiras, a Companhia e suas subsidiárias adotam estudos que utilizam premissas que se baseiam em dados estatísticos, muitas vezes observados internamente ou fornecidos por institutos ou entidades dedicados a este tipo de atividade.

Considerando que estes estudos atuariais utilizam premissas como taxa de desconto, taxa de crescimento dos custos médicos, taxa de morbidade (*aging factor*), tábua de mortalidade, probabilidade de aposentadoria e taxa de desligamento, que em sua maioria são apuradas com base em dados estatísticos, a definição de alguma mudança razoavelmente possível é muito subjetiva. Os dados observados internamente são informados pela Administração da Companhia para a consultoria de atuários que aplicam técnicas reconhecidas para mensuração de seu plano de benefício médico, dessa forma, considera adequada todas as estimativas e cálculos utilizadas.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) **Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Conforme descrito na nota 36 das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2016, em seu curso normal de negócios, a Companhia participa de determinadas operações, que não aparecem em seu balanço patrimonial (*off balance sheet*), incluindo obrigações de recompra (*trade-in*), arrendamentos e garantias financeiras, como segue:

Trade in

A Companhia estava sujeita a opções de *trade in* para 13 aeronaves em 31 de dezembro de 2016, 31 aeronaves em 31 de dezembro de 2015 e 12 aeronaves em 31 de dezembro de 2014. Em quaisquer operações de *trade in*, a condição fundamental é a aquisição de aeronaves novas pelos respectivos clientes. O exercício de opção de *trade in* está vinculado ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos clientes. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser deduzido ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de *trade in* para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob *trade in* poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

Arrendamento

Na controladora, os arrendamentos operacionais referem-se a equipamentos de telefonia e informática e, nas controladas, referem-se a arrendamentos operacionais de terrenos e instalações, máquinas, veículos e equipamentos de informática. Em 31 de dezembro de 2016, estes valores totalizavam R\$ 50.725, em 31 de dezembro de 2015 totalizavam 67.398 e em 31 de dezembro de 2014 R\$ 42.229. Esses arrendamentos expiram em diversas datas até 2038.

Os pagamentos dos contratos de arrendamento mercantil operacional da Companhia em vigor em 31 de dezembro de 2016 ocorrerão conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

Ano	Controladora	Consolidado
2017	15.197	22.749
2018	5.359	10.587
2019	1.497	48.698
Após 2019	-	68.029
Total	22.053	150.063

Garantias financeiras

A Companhia concede garantias relacionadas ao financiamento de aeronaves. A garantia é concedida ao agente financeiro e, na hipótese de o cliente não honrar o pagamento do financiamento, a Companhia arca com as primeiras perdas, limitada a um percentual do saldo devedor previamente acordado. Essas garantias não são registradas nos livros da Companhia até que ocorra um evento significativo como a concordata ou o pedido de recuperação judicial de um cliente.

A Companhia possui garantias de valor residual que normalmente asseguram em determinado período que a respectiva aeronave terá um valor residual de mercado do preço original de venda, sujeita a uma limitação (teto). No caso do exercício por um comprador de sua garantia de valor residual, a Companhia arcará com a diferença, se houver, entre o valor residual garantido e o valor de mercado da aeronave quando do referido exercício. Esse acompanhamento é feito mensalmente e se identificada uma exposição, a Companhia constitui uma provisão.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A seguir, apresentamos informações relacionadas aos itens citados no item 10.6 deste Formulário de Referência, assim como a percepção da Administração quanto a sua eventual ocorrência e efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Trade in

No caso de opções de troca (*trade-in*), a Companhia pode ser obrigada a aceitar trocas, em raras exceções, a preços que podem estar acima do preço de mercado da aeronave no momento da troca, o que resultaria em perdas financeiras para a Companhia. Nesta situação, a perda é calculada apurando a diferença entre o valor de mercado da aeronave usada dada em troca de uma nova e o valor atribuído na negociação com o cliente. A perda é reconhecida como uma dedução na receita de venda da aeronave nova na forma de um desconto comercial. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de *trade in* para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob *trade in* poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

Arrendamento

Por se tratarem de contratos de arrendamento cuja essência refere-se a um simples arrendamento e cujos ativos não serão adquiridos pela Companhia, os respectivos fluxos de pagamentos não são representados na posição financeira da Companhia, exceto no período no qual o serviço (arrendamento) tenha sido disponibilizado, seguindo o princípio da competência. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento, segundo sua natureza.

Garantias

A Companhia pode vir a oferecer garantias de valor residual relacionadas às aeronaves vendidas, que poderão ser exercidas ao final do contrato de financiamento firmado entre um agente financeiro e o cliente/operador dessas aeronaves. No momento em que são concedidas, as garantias são mensuradas a valor justo e revisadas trimestralmente para refletir eventuais perdas em função do valor justo destes compromissos, sendo registrados como uma despesa financeira da Companhia por se tratar de um instrumento derivativo. As garantias de valor residual podem vir a ser exercidas caso o valor de mercado cotado seja inferior ao valor justo futuro garantido. O valor justo futuro é estimado utilizando avaliações das aeronaves emitidas por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou leasing de aeronaves similares no mercado secundário.

A Companhia pode vir a oferecer garantias financeiras relacionadas às aeronaves vendidas. A garantia é concedida pelo seu valor justo, sendo o respectivo valor contabilizado como uma dedução de venda, sendo posteriormente reconhecida como receita de vendas durante o período da garantia concedida. A Companhia monitora a situação de crédito do financiado e na ocorrência de qualquer evento que afete a condição de crédito do financiado ou de uma negociação, a exposição é recalculada considerando a melhor estimativa no momento em que os pagamentos se tornam prováveis e possam ser estimados confiavelmente passando a reconhecê-la como uma provisão contra resultado operacional. Quando um acordo para o pagamento dessas garantias for firmado, os valores assumidos são reclassificados para contas a pagar.

A tabela a seguir fornece dados quantitativos relativos a garantias financeiras dadas pela Companhia a terceiros. O pagamento potencial máximo (exposição fora do balanço) representa o pior cenário e não reflete, necessariamente, os resultados esperados pela Companhia. Os recursos estimados das garantias de performance e dos ativos vinculados representam valores antecipados

dos ativos, os quais a Companhia poderia liquidar ou receber de outras partes para compensar os pagamentos relativos a essas garantias dadas.

<i>(em milhares de reais)</i>	31/12/2016
Valor máximo de garantias financeiras	623.036
Valor máximo de garantia de valor residual	932.552
Exposição mutuamente exclusiva ⁽¹⁾	(104.721)
Provisões e obrigações registradas	(472.477)
Exposição fora do balanço	978.390
Estimativa do desempenho da garantia e ativos vinculados	1.643.743

⁽¹⁾ Quando um ativo estiver coberto por garantias financeiras e de valor residual, mutuamente excludentes, a garantia de valor residual só poderá ser exercida caso a garantia financeira tenha expirado sem ter sido exercida. Caso a garantia financeira tenha sido exercida, a garantia de valor residual fica automaticamente cancelada.

A exposição da Companhia é reduzida pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas de utilização.

(b) Natureza e o propósito da operação

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item 10.6(a) deste Formulário de Referência.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Para uma descrição do montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas demonstrações financeiras, vide item 10.6(a) deste Formulário de Referência.

10.8 - Plano de negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos nos últimos anos têm se destinado à Aviação Comercial e Executiva, uma vez que os investimentos no segmento de Defesa e Segurança são pagos pelo governo brasileiro que solicita o desenvolvimento dos projetos.

Na Aviação Comercial, destaca-se o desenvolvimento do E-2, segunda geração da família E-Jets, composta dos modelos E175-E2, E190-E2 e E195-E2, que foi lançada em junho de 2013, cuja previsão de entrada em serviço é para 2018. O valor estimado para este investimento é de US\$1,7 bilhão.

Na Aviação Executiva, os investimentos nos jatos Legacy 450/500 estão quase concluídos, com um valor total estimado de US\$830 milhões até 2016. A primeira entrega do Legacy 500 ocorreu em outubro de 2014 e o Legacy 450 entrou em serviço em Dezembro de 2015. Estas duas aeronaves pertencem à categoria de médio porte, cujo projeto foi lançado em 2008.

A Companhia espera investir US\$650 milhões em 2017, dos quais US\$50 milhões serão destinados à pesquisa, US\$400 milhões serão alocados em desenvolvimento de produto, US\$200 milhões serão alocados em CAPEX. A maioria dos investimentos da Companhia estão relacionados com o desenvolvimento da família de jatos comerciais E2.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos consistem principalmente em gastos em pesquisa e desenvolvimento associados ao desenvolvimento de aeronaves para os mercados de aviação comercial e executiva e investimentos na capacidade industrial no Brasil e no exterior. Geralmente, tais investimentos são suportados com recursos gerados nas operações, empréstimos e financiamentos, principalmente dos órgãos de financiamento públicos como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, contribuições em dinheiro de parceiros de risco, e adiantamentos de clientes.

Em 2016, a Companhia, através da subsidiária Embraer Portugal S.A. contratou, junto ao banco Santander Totta, o montante de U\$ 200,0 milhões para investimento em capital de giro e aquisição de ativo imobilizado.

Em 2015, a Companhia efetuou as seguintes captações: (i) US\$1 bilhão através de emissão de Notas garantidas (*guaranteed notes*) (ii) R\$685 milhões na modalidade de Nota de Crédito à Exportação com objetivo de aplicar na produção de bens para exportação e, (iii) R\$856,2 milhões, referentes aos contratos celebrados com o BNDES no ano de 2013.

Em 2014, foram desembolsados R\$555,8 milhões e R\$127,6 milhões respectivamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e pela Financiadora de Estudos e Projetos referente a contratos celebrados no ano de 2013.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve nenhum tipo de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciasse materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços indicando (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Com base em seus planos de negócios e no monitoramento do cenário tecnológico mundial, a Embraer define um plano de desenvolvimento tecnológico que visa investigar e desenvolver soluções para os principais desafios que a indústria aeronáutica brasileira deve enfrentar nos próximos anos para o projeto, desenvolvimento, produção e comercialização de aeronaves, a fim de se manter competitiva. Estes esforços de capacitação para aplicação de tecnologias avançadas tornarão as aeronaves mais leves, silenciosas, confortáveis e eficientes em consumo de energia e em emissões, além de serem projetadas e fabricadas em menos tempo e com otimização de recursos.

Com vistas a ampliar o alcance dos resultados e minimizar os riscos dos desenvolvimentos, a estratégia de pesquisa e desenvolvimento pré-competitivo da Companhia é estruturada na forma de um programa que possui como competências essenciais não só a capacidade de gerenciar e executar projetos multidisciplinares, mas também a de manter e coordenar uma rede de parceiros de desenvolvimento, integrando diversas instituições (universidades, institutos de pesquisa, instituições de fomento e empresas).

Em 2016, o total de investimento da Companhia foi de US\$661,0 milhões, sendo US\$381,1 milhões em Desenvolvimento de produto, líquido de contribuição de parceiros, US\$47,6 milhões em Pesquisa e US\$232,3 milhões em CAPEX. É importante mencionar que nesse montante de CAPEX reportado estão inclusas despesas relacionadas a equipamentos e imobilizado, que totalizam US\$31,3 milhões, e são principalmente de programas do segmento de Defesa & Segurança. Essas despesas são consideradas nos termos e condições dos seus respectivos contratos e, conseqüentemente, não fazem parte da estimativa de CAPEX da Companhia.

Com o aumento das atividades relacionadas ao desenvolvimento do programa E-Jets E2 e a aproximação da conclusão do desenvolvimento do jato executivo Legacy 450, a Embraer espera que os investimentos totais para o ano de 2017 alcancem US\$650 milhões, sendo US\$50 milhões em pesquisas, US\$400 milhões em desenvolvimento de produtos e US\$200 milhões em investimentos de capital (CAPEX). Esses investimentos serão financiados com recursos próprios e com recursos de terceiros.

10.9. Outros fatores com influência relevante

Recomenda-se que a companhia divulgue, neste item, as informações sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados para a alocação de recursos para tais despesas.

No ano de 2016, os gastos com publicidade realizados pela companhia, totalizaram aproximadamente R\$100 milhões, dos quais a maior parte refere-se a despesas com feiras e exposições, campanhas publicitárias e outras atividades promocionais. As demandas dessas despesas são solicitadas anualmente pelas áreas de negócios para a aprovação por parte da administração da empresa, de modo a viabilizar os esforços de comercialização dos produtos e serviços.

A Embraer mantém parcerias com instituições de ensino e pesquisa, com o foco na formação e desenvolvimento profissional. Os dois principais projetos nessa área são o Programa Projetista Embraer - PPE e o Programa de Especialização em Engenharia – PEE.

O PPE, realizado em parceria com a Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec), prepara jovens profissionais para atuação como projetistas aeronáuticos, por meio de um ciclo de capacitação técnica e acompanhamento do desenvolvimento pessoal, durante o qual atuam como estagiários técnicos da Empresa, com perspectivas de admissão após sua conclusão.

O PEE, realizado em parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), oferece o título de mestrado profissional em engenharia aeronáutica, aos participantes selecionados, entre eles, engenheiros de diversas modalidades (civil, computação, elétrica, eletrônica, mecânica, mecatrônica, materiais, naval, etc.) que estejam interessados em trabalhar no segmento de aviação. As aulas são ministradas por profissionais da Empresa e professores do ITA, com a possibilidade de ser admitido pela Embraer após a conclusão do curso

Em 2016, os dois grandes programas de capacitação receberam um investimento de cerca de R\$ 5,5 milhões.

No contexto de ação social, a Embraer, como a mantenedora do Instituto Embraer de Educação e Pesquisa, consolida o investimento social privado da Companhia que, em 2016, foi da ordem R\$ 20,0 milhões. Essa organização, busca promover a inclusão social e construir uma sociedade mais justa e sustentável e tem como base três frentes de atuação: educação, engajamento com a sociedade e preservação da memória da indústria aeronáutica brasileira.

Dentre as ações do Instituto, destacam-se os Colégios Embraer - Juarez Wanderley e Casimiro Montenegro Filho – localizados respectivamente em São José dos Campos e Botucatu, ambos no estado de São Paulo, para alunos egressos da rede pública de ensino e que atendam aos critérios socioeconômicos estabelecidos. O modelo aplicado oferece as três séries do Ensino Médio em período integral e, em 14 anos de funcionamento, se tornou referência em educação, com altas taxas de aprovação em vestibulares de universidades públicas e privadas. No total, 2.840 alunos já foram formados nessas duas unidades.

Os níveis de investimentos anuais, utilizados pelo PPE e PEE, são analisados de acordo com a estratégia de desenvolvimento de projetos versus a disponibilidade orçamentária, que é aprovada pela Companhia para a Vice-presidência de Engenharia e Tecnologia. Já a demanda de gastos do portfólio de projetos do Instituto Embraer, é submetida anualmente pelo Conselho Deliberativo da Instituição para ser avaliada pelo Conselho de Administração da Embraer, que aprova de acordo com a meta orçamentaria total da empresa.

Anexo II – PARECER E RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

(Relatório para fins do item VI do art. 31-D da Instrução CVM 308/99, conforme incluído pela Instrução CVM 509/11 e Parecer em atendimento ao item III do parágrafo 1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09)

De acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria e Riscos da Embraer S.A. (“Comitê” e “Embraer”) assessorar o Conselho de Administração com foco nos seguintes assuntos:

- (a) acompanhamento e avaliação de riscos empresariais, de natureza operacional, mercadológica, de imagem, de governança corporativa, financeira ou legal dos mercados administrados pela Companhia, por meio do diagnóstico das fontes de risco das atividades da Companhia;
- (b) avaliação sobre a adequação dos modelos de aferição dos riscos citados no item acima, bem como dos testes de aderência e validação dos modelos utilizados;
- (c) análise e opinião sobre as diretrizes e políticas da gestão de risco, principalmente na estimação do impacto financeiro das perdas inesperadas em situação normal e de estresse;
- (d) análise e opinião sobre as informações gerenciais e contábeis divulgadas ao público e órgãos reguladores no que tange ao perfil e controle de risco da Companhia; e
- (e) avaliação sobre a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da organização.

Além disso, o Comitê exerce as funções de (i) Comitê de Auditoria (*Audit Committee*) para os fins da legislação norte-americana, especialmente o "Sarbanes-Oxley Act", e de (ii) Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Instrução 509, de 16 de novembro de 2011 (“Instrução CVM 509”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As funções do Comitê são desempenhadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e pela elaboração das demonstrações financeiras.

Atividades do Comitê referentes ao Exercício de 2016

O Comitê reuniu-se 12 vezes no período de 18 de fevereiro a 7 de dezembro de 2016, quando foram avaliados e analisados os temas de competência do Comitê, dentre os quais destacam-se os relacionados a seguir.

- **Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos**

Durante o exercício de 2016 o Comitê avaliou, em reuniões com a Gerência de Riscos e Controles Internos, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos da Embraer.

O Comitê, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da Companhia.

- **Auditoria Externa**

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. Em 2016, o Comitê reuniu-se com os auditores externos da Companhia em quatro ocasiões.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG Auditores Independentes.

O Comitê acompanhou as atividades de auditoria externa independente a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

- **Auditoria Interna**

O Comitê acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Diretoria de Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas e da aprovação do planejamento de seus trabalhos relativos ao exercício de 2016 e do acompanhamento de sua execução.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas reuniões do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a sustentabilidade da Companhia.

- **Compliance**

O Comitê acompanhou e monitorou, em reuniões com a Diretoria de *Compliance*, o aprimoramento e evolução do *Embraer Enhanced Compliance Program*. Este projeto de longa duração abrange o reexame de todos os aspectos de sistemas de *compliance* e, onde apropriado, a sua reformulação e complementação.

Adicionalmente, o Comitê monitorou as atividades de riscos de controle de exportação, que incluíram a implementação de aprimoramentos em relação a segregação de informações técnicas controladas, controle de terceiros com acesso a informações técnicas e gerenciamento de informações controladas.

- **Investigação FCPA**

Desde 2012 o Comitê atuou como responsável pela coordenação dos trabalhos relacionados à investigação interna de FCPA, iniciada em 2010. Em todas as reuniões ordinárias do Comitê em 2016 o tema foi trazido pela Diretoria da Companhia para discussão e recomendações.

No segundo semestre de 2016 o Comitê participou ativamente das negociações que resultaram na celebração de acordos com autoridades norte-americanas (Departamento de Justiça dos Estados Unidos – DOJ e Securities and Exchange Commission – SEC) e também brasileiras (Ministério Público Federal – MPF e Comissão de Valores Mobiliários – CVM), visando o encerramento desse caso. Como parte dos diferentes acordos, a Empresa concordou com o pagamento de multas e com a contratação de monitoramento externo e independente, por três anos, para acompanhar o cumprimento dos termos dos acordos.

Posteriormente à celebração dos acordos, o Comitê atuou na indicação de monitores para o DOJ, que resultou na escolha de um dos indicados, o advogado Alex Renee, do escritório Ropes & Gray.

- **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados e das notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia. A respeito, debateu com a KPMG Auditores Independentes referente às informações referentes ao exercício de 2016, inclusive trimestralmente, e com executivos da Companhia. Foram, igualmente, examinados os controles internos da Companhia, bem como as práticas contábeis relevantes utilizadas pela Embraer na elaboração das demonstrações contábeis. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

- **Recomendações**

Ao longo do exercício de 2016, o Comitê reportou periodicamente ao Conselho de Administração sobre o andamento de seus trabalhos, expondo opiniões e fazendo recomendações sobre diversos assuntos de sua competência.

- **Parecer sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas – 31.12.2016**

O Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas da Embraer para a data-base de 31.12.2016.

São José dos Campos, 21 de fevereiro de 2017.

Sergio Eraldo de Salles Pinto
Coordenador dos Trabalhos do Comitê de Auditoria e Riscos

Israel Vainboim
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

João Cox Neto
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Samir Zraick
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

PROPOSTA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SENHORES ACIONISTAS:

ASSUNTO: Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e da distribuição de dividendos

CONSIDERANDO

- que, conforme demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016, a Empresa registrou lucro líquido de R\$ 585.433.057,29;
- que, ao longo de 2016, foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2016, conforme abaixo detalhado;

PROPOMOS

a seguinte destinação para os resultados apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016:

1. Constituição de reserva legal no montante de R\$ 29.271.652,86 correspondentes a 5% do lucro líquido apurado em 2016, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76;
 2. Destinação de R\$ 2.483.378,08 referentes a subvenções para investimentos utilizadas em 2016, para a conta de “Reserva de Subvenção para Investimentos”, na forma do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76;
 3. Distribuição de R\$ 148.541.076,53 aos acionistas da seguinte forma:
 - (i) R\$ 73.584.832,48, distribuído aos acionistas durante o ano de 2016 a título de juros sobre o capital próprio, imputado aos dividendos, sendo R\$ 29.497.562,16 referentes ao 1º trimestre, R\$ 29.397.056,88 referentes ao 2º trimestre e R\$ 14.690.213,44 referentes ao 3º trimestre de 2016, totalizando o valor de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, de R\$ 63.463.262,54;
 - (ii) Distribuição de dividendos no montante de R\$ 74.956.244,05 em complemento aos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos. Farão jus aos dividendos ora propostos as pessoas que forem acionistas da Companhia ao final do pregão do dia 24 de abril de 2017, passando as ações da Companhia, após a referida data, a ser negociadas ex-dividendo. Os dividendos ora propostos serão
-

pagos a partir de 10 de maio de 2017. A Companhia divulgará aviso aos acionistas com maiores detalhes sobre o pagamento;

- (iii) A soma do valor de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, e do valor proposto como distribuição de dividendos (R\$ 138.419.506,59) representa 25% do lucro líquido ajustado na forma dos artigos 195-A e 202 da Lei 6.404/76, estando, portanto, cumprido o dividendo obrigatório do Artigo 49 do Estatuto Social.
4. O saldo, no valor de R\$ 399.984.583,80 (já deduzido o resultado gerado pela realização de ações em tesouraria em razão do exercício de opção de compra de ações do programa de stock options da Companhia no valor de R\$ 5.152.366,02), será destinado para a Reserva para Investimentos e Capital de Giro, previsto no artigo 50 do Estatuto Social da Embraer.

São José dos Campos, 10 de março de 2017.

A Administração

Anexo I – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício	R\$ 585.433.057,29
----------------------------	--------------------

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Juros sobre capital próprio	R\$ 73.584.832,48
Valor por ação ordinária dos juros sobre capital próprio	R\$ 0,10
Dividendos propostos	R\$ 74.956.244,05
Valor por ação ordinária dos dividendos propostos (* Este valor poderá ser alterado em caso de aumento do número de ações em circulação até a data da AGO.	(* R\$ 0,10204252

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido distribuído	25,37%
---	--------

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: Não Aplicável

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Dividendos	R\$ 74.956.244,05
Juros sobre capital próprio:	
- 1º trimestre 2016	R\$ 29.497.562,16
- 2º trimestre 2016	R\$ 29.397.056,88
- 3º trimestre 2016	R\$ 14.690.213,44
- 4º trimestre 2016	R\$ 0,00
- Total dos Juros sobre capital próprio	R\$ 73.584.832,48

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Dividendos	Será definido na AGO.
Juros sobre capital próprio	
- 1º trimestre 2016	14 de abril de 2016
- 2º trimestre 2016	14 de julho de 2016
- 3º trimestre 2016	14 de outubro de 2016
- 4º trimestre 2016	Não aplicável

7. Fornecer tabela comparativa, indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Lucro líquido	Lucro por ação ordinária
2013	R\$ 777.688.902,41	R\$ 1,0668
2014	R\$ 796.085.316,64	R\$ 1,0851
2015	R\$ 241.600.859,78	R\$ 0,3309
2016	R\$ 585.433.057,29	R\$ 0,7959

b) Anteriores

Dividendos	Dividendos	Dividendos por ação ordinária
2013	R\$ 48.991.508,99	R\$ 0,0668494
2014	R\$ 16.095.844,87	R\$ 0,021875
2015	Não aplicável	Não aplicável
Juros sobre capital próprio	Juros sobre capital próprio	Juros sobre capital próprio por ação ordinária
2013	R\$ 153.230.965,24	R\$ 0,2100
2014	R\$ 198.258.273,84	R\$ 0,27

2015	R\$ 117.789.619,28	R\$ 0,16
------	--------------------	----------

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Reserva legal	R\$ 29.271.652,86
---------------	-------------------

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido do exercício	R\$ 585.433.057,29
Reserva legal – 5% sobre o lucro líquido	R\$ 29.271.652,86

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

ART. 49 do Estatuto Social - Os acionistas terão direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as seguintes normas:

I - O lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) a importância destinada à constituição da reserva legal; e

b) a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores;

II - O pagamento de dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar;

III - Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

PARÁGRAFO 1º - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia; o Conselho Fiscal deverá dar parecer sobre essa informação e os administradores da Companhia encaminharão à CVM, dentro de 5 dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificada da informação transmitida à Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 2º - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

PARÁGRAFO 3º - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda.

PARÁGRAFO 4º - Os juros sobre capital próprio serão imputados ao valor dos dividendos declarados pela Companhia.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Os juros sobre capital próprio declarados estão sendo pagos integralmente

c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Art. 50 do Estatuto Social - A Companhia manterá Reserva para Investimentos a cuja constituição poderá ser destinada, por proposta do Conselho de Administração, parcela de até 75% do lucro líquido ajustado de cada exercício, com a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; e (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - Observado o limite legal, a reserva não excederá 80% do capital social.

PARÁGRAFO 2º - A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá a qualquer tempo distribuir dividendos à conta de reserva de que trata este artigo ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Destinação de Reserva para investimento e capital de giro para composição da base de distribuição dos lucros do exercício	R\$ 399.984.583,80
---	--------------------

c) Descrever como o montante foi calculado

A Reserva para investimentos e capital de giro foi apurada deduzindo do lucro líquido do exercício:

a – Reserva legal

b – Reserva de subvenção para investimentos

c – Juros sobre capital próprio declarado

d – Dividendos propostos

e - Entrega de ações em tesouraria em razão do exercício de opção ações

Lucro líquido R\$ 585.433.057,29

Reserva legal (5% sobre L.L) (R\$ 29.271.652,86)

Subvenção para investimentos utilizadas no exercício (R\$ 2.483.378,08)

JCP (imputado aos dividendos) (*) (R\$ 73.584.832,48)

(R\$ 74.956.244,05)

Dividendos propostos

Resultado pela entrega de ações em tesouraria em razão do exercício de opção ações (R\$ 5.152.366,02)

Destinação de Reserva para investimento e capital de giro para composição da base de distribuição dos lucros do exercício R\$ 399.984.583,80

(*) Antes de descontar o imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 15.824.392,44

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

PROPOSTA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SENHORES ACIONISTAS

ASSUNTO: Indicação de chapa para concorrer à nova composição do Conselho de Administração (CA)

CONSIDERANDO

- que, nos termos do artigo 31, *caput*, do Estatuto Social, a eleição dos membros do CA dar-se-á pelo sistema de chapa, vedada a votação individual em candidatos e que, nos termos do parágrafo 1º do referido artigo, o CA deve indicar uma chapa para concorrer à eleição;
- que foram convidadas as pessoas abaixo indicadas, cujos resumos biográficos encontram-se em anexo, formando assim uma chapa a ser indicada à eleição do CA e que estas aceitaram o convite; e
- que os candidatos que compõem a chapa indicada pelo CA preenchem os requisitos legais e estatutários para compor o CA e que, ademais, apresentam perfil profissional aderente ao da Companhia;

PROPOMOS

A eleição da seguinte chapa para compor o CA:

- Alexandre Gonçalves Silva (Presidente)
- Sergio Eraldo de Salles Pinto (Vice-Presidente)
- Cecília Mendes Garcez Siqueira
- Israel Vainboim
- João Cox Neto
- Maria Letícia de Freitas Costa
- Pedro Wongtschowski
- Raul Calfat

São José dos Campos, 10 de março de 2017.

A Administração

**Anexo IV – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PELA
ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

(Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Informações em relação aos candidatos da chapa proposta pelo Conselho de Administração:

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente ¹
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Alexandre Gonçalves Silva	06/03/1945	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Sim
022.153.817-87	Engenheiro	Presidente do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	4
Membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Recursos Humanos					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
Embraer S.A.: Presidente do Conselho de Administração, desde 2011. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.					
Fibria: Conselheiro, desde 2010. Atividade Principal da empresa: Celulose.					
Companhia Nitroquímica do Brasil: Conselheiro, desde 2012. Atividade Principal da empresa: Química.					

¹ A Companhia adota o critério definido no Regulamento do Novo Mercado para determinar a independência do membro.

Votorantim Cimentos: Conselheiro, desde 2016.
Atividade Principal da empresa: Construção Civil.

Grupo ULTRA: Conselheiro, desde 2015.
Atividade Principal da empresa: Energia.

Tecsis: Conselheiro, de 2014 a 2016.
Atividade Principal da empresa: Indústria-Energia.

Equatorial Energia: Conselheiro, de 2009 a 2013.
Atividade Principal da empresa: Energia.

PDG: Conselheiro, de 2010 a 2013.
Atividade Principal da empresa: Construtora.

Alupar: Conselheiro, de 2007 a 2014.
Atividade Principal da empresa: Energia.

CSN: Conselheiro, de 2010 a 2011.
Atividade Principal da empresa: Siderurgia.

TAM: Conselheiro, de 2008 a 2011.
Atividade Principal da empresa: Aviação.

Tupy: Conselheiro, de 2010 a 2011.
Atividade Principal da empresa: Metalúrgica.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:
AMCHAM (Câmara de Comércio Americana) como Conselheiro, desde 2003, Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, Conselho de Curadores desde 2008 a 2015.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico pela PUC do Rio de Janeiro

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Alexandre Gonçalves Silva declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Sergio Eraldo de Salles Pinto	24/09/1964	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Sim
317.309.901-00	Economista e Engenheiro elétrico	Vice Presidente do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	5
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos e membro do Comitê de Recursos Humanos					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>Embraer S.A.: membro do Conselho de Administração, desde 2009. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.</p> <p>CIA BOZANO: Presidente, desde 2011. Atividade Principal da empresa: Holding.</p> <p>Bozano Investimentos Gestora de Recursos: Presidente Executivo, de 2013 a 2016 e Presidente do Conselho de Administração, desde 2016. Atividade Principal da empresa: Financeira. Atividade Principal da empresa: Financeira.</p> <p>Votorantim S.A: Membro do Conselho de Administração, desde janeiro de 2016. Atividade Principal da empresa: Industrial e Financeira.</p> <p>Azul Linhas Aéreas: Membro do Conselho de Administração, desde 2008. Atividade Principal da empresa: Companhia Aérea.</p> <p>Ouro Preto Óleo e Gás: membro do Conselho de Administração, de 2013 a 2016 e Vice-Presidente do Conselho de Administração, desde 2016. Atividade Principal da empresa: Óleo e Gás.</p>					
Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:					
Nenhum.					
Formação Acadêmica: Engenheiro Elétrico pela Universidade de Brasília (UnB), em 1985; Economista pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), em 1985; Mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (EPGE), em 1987 e Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade					

Católica do Rio de Janeiro (PUC), em 2006.

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Sergio Eraldo de Salles Pinto declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Cecília Mendes Garcez Siqueira	09/06/1957	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Sim
513.478.737-91	Administradora	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	1
Membro do Comitê de Recursos Humanos					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>Embraer S.A.: membro do Conselho de Administração, desde 2015. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.</p> <p>Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI: Diretora de Administração, desde Junho 2014. Atividade Principal da empresa: Previdenciário.</p> <p>IBMEC – Professora de Graduação e MBA – 2011 a 2013. Atividade Principal da empresa: Educação.</p>					
Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:					
Nenhum.					
Formação Acadêmica: Educadora pela UnB (DF), em 1994; MBA em Formação Geral para Altos-Executivos pela FGV em 1997; Especialização em Previdência e Gestão de Fundos de Pensão pela Wharton School, Philadelphia, EUA, em 2002; MBA em Previdência e Gestão em Fundos de Pensão pela FGV (DF) em 2003; MBA Engenharia Econômica e Financeira pela UFF (RJ), em 2006; Especialização Advanced Management Program (AMP 177) pela Harvard Business School em 2009; Especialização em The Entrepreneurial Startup (Bob Caspe) pela The International Entrepreneurship Center (IEC) em 2012; Especialização em Creativity and Innovation pela Disney Institute em 2012; Mestrado em Administração pelo IBMEC (RJ) em 2007.					
A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com					

indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Cecília Mendes Garcez Siqueira declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Israel Vainboim	01/06/1944	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Sim
090.997.197-87	Engenheiro	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	5
Coordenador do Comitê de Estratégia e membro do Comitê de Auditoria e Riscos					
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:</p> <p>Embraer S.A.: membro do Conselho de Administração, desde 2009. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.</p> <p>Lojas Marisa: membro do Conselho de Administração, desde 2013. Atividade Principal da empresa: Varejo.</p> <p>Cia Iochpe-Maxion: Membro do Conselho de Administração, desde 2008. Atividade Principal da empresa: Autopeças.</p> <p>Hospital Albert Einstein: Presidente do Conselho Fiscal, desde 2010. Atividade Principal da empresa: Hospitalar.</p> <p>Itaú-Unibanco: membro do Conselho de Administração, de 2008 até abril de 2015. Atividade Principal da empresa: Bancário.</p> <p>Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor: Presidente do Conselho Deliberativo da Câmara de Comércio Brasil – Israel, Membro do Conselho Deliberativo do MAM, Membro do Conselho do Instituto Alfredo Volpi de Arte Moderna e Membro do Conselho do MASP.</p> <p>Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em dezembro de 1966; MBA em pela Stanford University, Califórnia, EUA, em junho de 1969.</p> <p>A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo</p>					

administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Israel Vainboim declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
João Cox Neto	02/05/1963	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Sim
239.577.781-15	Economista	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	4
Coordenador do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Auditoria e Riscos					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>Embraer S.A.: membro do Conselho de Administração, desde 2011. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.</p> <p>Estácio Participações S.A.: Membro do Conselho de Administração, desde 2010 e presidente do Conselho de Administração desde 2016. Atividade Principal da empresa: Ensino.</p> <p>Linx S.A.: Membro do Conselho de Administração, desde 2015. Atividade Principal da empresa: Software.</p> <p>OTP: Membro do Conselho de Administração, desde 2015. Atividade Principal da empresa: Concessões rodoviárias, aeroportuária e portuária.</p> <p>Braskem S.A.: Membro do Conselho de Administração, desde 2016. Atividade Principal da empresa: Fabricação de produtos petroquímicos.</p> <p>Cox Investments & Advisory: Sócio, desde 2005. Atividade Principal da empresa: Investimentos e consultoria.</p>					
Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:					
Nenhum.					
Formação Acadêmica: Economista pela Universidade Federal Bahia, em 1983; Pós-Graduação em economia na Université du Québec à Montreal e no College of Petroleum Studies da Oxford University.					

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. João Cox Neto declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Maria Letícia de Freitas Costa	27/03/1960	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Sim
050.932.788-58	Administradora de Empresa	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	0
Não há					
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:</p> <p>Prada Assessoria Empresarial Ltda: Sócia, desde 2010 Atividade Principal da empresa: Consultoria.</p> <p>Localiza S.A.: membro do Conselho de Administração, desde 2009 Atividade Principal da empresa: Aluguel de carros</p> <p>RBS Mídia: membro do Conselho de Administração, desde 2016 Atividade Principal da empresa: Mídia.</p> <p>BB Mapfre: membro do Conselho de Administração, desde 2015 Atividade Principal: Seguros.</p> <p>Mapfre S.A.: membro do Conselho de Administração, desde 2015 Atividade Principal: Seguros.</p> <p>Martins S.A.: membro do Conselho de Administração, desde 2014 Atividade Principal: Atacado</p> <p>Votorantim Cimentos: membro comitê de auditoria, desde 2015. Atividade Principal: Cimento</p> <p>Votorantim Metais (VMH e CBA): membro comitê de auditoria, desde 2015 Atividade Principal: Mineração.</p>					

Inspere Instituto de Ensino e Pesquisa: Diretora Pós-Graduação Lato Sensu, de 2011 a 2015

Atividade Principal: Educação

Marcopolo: membro do Conselho de Administração, de 2012 a 2016

Atividade Principal: Encarregado de ônibus.

Gafisa S.A.: membro do Conselho de Administração, de 2011 a 2012.

Atividade Principal: Construção

Votorantim Industrial: membro comitê de auditoria, de 2012 a 2014

Atividade Principal: Indústria

Bematech S.A.: membro comitê de estratégia, de 2014 a 2015

Atividade Principal: Software

Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia de Produção, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1982 e MBA, Samuel Curtis Johnson School of Business, Cornell University em 1986, Ithaca, NY, USA.

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Maria Letícia de Freitas Costa declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Pedro Wongtschowski	24/04/1946	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Sim
385.585.058-53	Engenheiro Químico	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	1
Membro do Comitê de Estratégia					
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:</p> <p>Embraer S.A.: membro do Conselho de Administração, desde 2015. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.</p> <p>Ultrapar Participações S.A.: Membro do Conselho de Administração, desde 2013. Atividade Principal da empresa: companhia multinegócios com atuação em varejo e distribuição especializada.</p> <p>Companhia Nitro Química Brasileira: Membro do Conselho de Administração, desde 2012. Atividade Principal da empresa: Química.</p> <p>Centro de Tecnologia Canaveira S.A.: Membro do Conselho de Administração, desde 2015. Atividade Principal da empresa: Desenvolvimento de tecnologias disruptivas da indústria sucroenergética.</p> <p>Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor: Presidente do Conselho de Administração na Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPPII; Presidente do Conselho Superior na Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras – ANPEI; Membro do Comitê Gestor da Mobilização Empresarial pela Inovação – MEI; Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) da Presidência da República; Membro do Conselho Superior na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Presidência da República do Brasil.</p> <p>Formação Acadêmica: Engenheiro Químico pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1970; Mestrado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1978; Doutorado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1998.</p>					

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Pedro Wongtschowski declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Raul Calfat	04.12.1952	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Sim
635.261.408-63	Administrador de Empresas	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	-
N/A					
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos: Votorantim S.A.: CEO, até dez/2013 e Presidente do Conselho de Administração, desde jan./2014. Atividade Principal da empresa: Conglomerado Industrial</p> <p>Fibria S.A.: membro do Conselho de Administração, desde 2009 Atividade Principal: Produção de Celulose</p> <p>Duratex S.A.: Conselheiro Independente, desde maio de 2015 Atividade Principal: Painéis de Madeira e Produtos para Banheiro</p> <p>Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor: membro do Conselho de Administração, desde agosto de 2015 do Hospital Sírio-Libanês.</p> <p>Formação Acadêmica: Administrador de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas em 1974.</p> <p>A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>O Sr. Raul Calfat declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.</p>					

Informações em relação aos membros indicados pelos empregados não-acionistas da Companhia e pelo CIEMB – Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer:

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Dejair Losnak Filho	18/05/1963	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Não
047.339.098-10	Administrador de Empresa	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	-
Programador de Produção					
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:</p> <p>Embraer S.A.: Programador de Produção, desde 2003 Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.</p> <p>Formação Acadêmica: Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos, em 2011; Pós-graduação em Direito Previdenciário e Trabalhista, UNISAL, São José dos Campos, em 2013 e Pós-graduação em Direito Previdenciário, Faculdade Legale, São Paulo, em curso.</p> <p>A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>O Sr. Dejair Losnak Filho declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.</p>					

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Wilson Gonçalves Lopes	03/08/1963	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Não
030.754.988/74	Técnico Qualidade	Membro Suplente do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	-
Técnico de Qualidade					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
Embraer S.A.: Técnico de Qualidade, desde dezembro de 1987. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico					
Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor: Diretor Secretario e Novos Negócios da COOPEREMBRAER e Diretor Administrativo da APVE - Associação dos Pioneiros e Veteranos da Embraer.					
Formação Acadêmica: Técnico Mecânico na ETE Machado de Assis Caçapava - SP em 2002.					
A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.					
O Sr. Wilson Gonçalves Lopes declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.					

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Alexandre Magalhães Filho	14/01/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Não
435.782.848-15	Contador	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	1
Gerente de Processos Contábeis, Custos e Fiscais.					
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:</p> <p>Embraer S.A.: membro do Conselho de Administração desde 2015, Supervisor de Orçamento, Assessor do Diretor de Controladoria e Gerente de Planejamento Econômico e Preços, no período de 1986 a 2008; Gerente de Custos, de 2008 a 2010. Atualmente é Gerente de Processos Contábeis, Custos e Fiscais. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.</p> <p>COOPEREMB - Membro do Conselho de Administração, desde 2015. Atividade Principal da empresa: Cooperativa de Créditos.</p> <p>EMBRAERPREV - Membro do Conselho Fiscal, desde 2015. Atividade Principal da empresa: Previdência Privada.</p> <p>Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer (CIEMB) - Presidente do Conselho Deliberativo, desde 2015. Atividade Principal da empresa: Clube de investimentos.</p> <p>Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor: Membro do Conselho Fiscal do Instituto Embraer de Educação e Pesquisas, desde a sua criação.</p> <p>Formação Acadêmica: Contador pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Professor Ulisses Vieira, em 1975; Especialização em Desempenho Orçamentário pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Professor Ulisses Vieira, em 1975.</p> <p>A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido</p>					

durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Alexandre Magalhães Filho declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Maria Antonieta Rosina Tedesco Oliveira	16/10/1962	Conselho de Administração	12/04/2017	2 anos	Não
100.581.568-28	Administradora de Empresa	Membro Suplente do Conselho de Administração	12/04/2017	Não	1
Supervisora atividades de obrigações Fiscais Brasil					
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:</p> <p>Embraer S.A.: membro suplente do Conselho de Administração, desde 2015 e Supervisora atividades de obrigações Fiscais Brasil, desde Maio de 2001. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.</p> <p>Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos, em 1989; Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de Taubaté, em 1986; Bacharel em Matemática pela Universidade Bandeirante, em 1999; Pós-graduação em Administração em esquema I pela Universidade Campos Sales, em 1994 e Pós-graduação em Planejamento Contábil Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, em 2013.</p> <p>A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>A Sra. Maria Antonieta Rosina Tedesco Oliveira declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.</p>					

12.6 - Percentual de participação de cada um dos membros do conselho de administração nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no exercício de 2016



Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Alexandre Gonçalves Silva	13	100
Sergio Eraldo de Salles Pinto	13	92
Cecília Mendes Garcez Siqueira	13	100
Israel Vainboim	13	100
João Cox Neto	13	100
José Magno Resende de Araújo	13	100
Maria Letícia de Freitas Costa	N/A	N/A
Pedro Wongtschowski	13	100
Raul Calfat	N/A	N/A

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de mandatos consecutivos
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Alexandre Gonçalves Silva	Comitê de Recursos Humanos e Comitê de Estratégia	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	15/04/2015	2 anos
022.153.817-87			06/03/1945	15/04/2015	3 (no CRH) 2 (no CE)
Presidente do Conselho de Administração - Vide item 12.5					
Cecília Mendes Garcez Siqueira	Comitê de Recursos Humanos	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora	15/04/2015	2 anos
513.478.737-91			09/06/1957	15/04/2015	-
Membro do Conselho de Administração - Vide item 12.5					
Israel Vainboim	Comitê de Estratégia e Comitê de Auditoria e Risco	Membro do Comitê de Auditoria e Riscos e Coordenador do Comitê de estratégia	Engenheiro	15/04/2015	2 anos
090.997.197-87			01/06/1944	15/04/2015	3
Membro do Conselho de Administração - Vide item 12.5					
João Cox Neto	Comitê de Recursos Humanos e Comitê de Auditoria e Riscos	Coordenador do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Auditoria e Riscos	Economista	15/04/2015	2 anos
239.577.781-15			02/05/1963	15/04/2015	3 (apenas no Comitê de Recursos Humanos)

Membro do Conselho de Administração - Vide item 12.5					
Pedro Wongtschowski	Comitê de Estratégia	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico	15/04/2015	2 anos
385.585.058-53			24/04/1946	15/04/2015	-
Membro do Conselho de Administração - Vide item 12.5					
Sergio Eraldo de Salles Pinto	Comitê de Auditoria e Risco e Comitê de RH	Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos e membro do Comitê de Recursos Humanos	Economista e Engenheiro Elétrico	15/04/2015	2 anos
317.309.901-00			24/09/1964	15/04/2015	3 (no CAR) 4 (no CRH)
Membro do Conselho de Administração - Vide item 12.5					

12.8 - Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenha, após a posse no cargo:

<i>Comitê de Estratégia</i>	<i>Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse</i>	<i>% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse</i>
<i>Israel Vainboim</i>	<i>7</i>	<i>100%</i>
<i>Alexandre Gonçalves Silva</i>	<i>7</i>	<i>100%</i>
<i>Pedro Wongtschowski</i>	<i>7</i>	<i>100%</i>

<i>Comitê de Auditoria e Riscos</i>	<i>Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse</i>	<i>% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse</i>
<i>Sergio Eraldo de Salles Pinto</i>	<i>12</i>	<i>100%</i>
<i>Israel Vainboim</i>	<i>12</i>	<i>100%</i>
<i>João Cox Neto</i>	<i>12</i>	<i>100%</i>

<i>Comitê de Recursos Humanos</i>	<i>Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse</i>	<i>% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse</i>
<i>João Cox Neto</i>	<i>8</i>	<i>100%</i>
<i>Alexandre Gonçalves Silva</i>	<i>8</i>	<i>100%</i>
<i>Cecília Mendes Garcez Siqueira</i>	<i>8</i>	<i>100%</i>
<i>Sergio Eraldo de Salles Pinto</i>	<i>8</i>	<i>100%</i>

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre (a) administradores do emissor, (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor, e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si ou com os membros da administração de suas controladas. Em razão da Companhia não ter acionista controlador, parte do solicitado no item 12.9 não é aplicável.

12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social, (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas



Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Magno Resende de Araújo 963.831.008-15 Prestação de serviço Cliente

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

União Federal

Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica, em 2013, 2014 e 2015; a partir de 31 de março de 2016, passou a exercer o cargo de Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Sergio Eraldo de Salles Pinto 317.309.901-00 Subordinação Cliente

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. 09.296.295/0001-60

Membro do Conselho de Administração – Exercícios 2013, 2014, 2015 e 2016

Observações

PROPOSTA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SENHORES ACIONISTAS:

ASSUNTO: Eleição dos membros do Conselho Fiscal (CF) para o período 2017/2018 e designação do Presidente e Vice-Presidente

CONSIDERANDO

- que conforme disposto no art. 18, Inciso II do Estatuto Social da Companhia e no parágrafo 1º do art. 161 da Lei das Sociedades por Ações, compete aos Srs. Acionistas eleger os membros do CF;
- que nos termos do parágrafo 1º do art. 31, c/c o parágrafo 1º do art. 41, do Estatuto Social, a eleição dos membros do CF dar-se-á pelo sistema de chapa, vedada a votação individual em candidatos e o CF deve indicar uma chapa para concorrer à eleição; e
- que foram convidadas as pessoas abaixo indicadas formando assim uma chapa a ser indicada à eleição do CF e que estas indicaram sua aceitação ao convite;

PROPOMOS

a eleição da seguinte chapa para o CF da Companhia, para o período 2017/2018:

<u>Efetivos</u>	<u>Suplentes</u>
Ivan Mendes do Carmo Presidente do Conselho Fiscal	Tarcísio Luiz Silva Fontenele
José Mauro Laxe Vilela VP do Conselho Fiscal	Wanderley Fernandes da Silva
Wilsa Figueiredo	Luiz Claudio Moraes
Otávio Ladeira de Medeiros	Willian Baghdassarian
Maurício Rocha Alves de Carvalho	Taiki Hirashima

São José dos Campos, 10 de março de 2017.

A Administração

Anexo I
Informações sobre os candidatos indicados pelo Conselho Fiscal
(Item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

CONSELHO FISCAL

12.5 - Composição e experiência profissional do Conselho Fiscal

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente ¹
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Ivan Mendes do Carmo	01/03/1963	Conselho Fiscal	12/04/2017	1 ano	Sim
279.786.131-00	Economista	Presidente do Conselho Fiscal	12/04/2017	Não	8
Não há.					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
Embraer S.A.: membro do Conselho de Fiscal, desde 2008, atuando como Presidente do Conselho Fiscal desde 2010. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.					
Embraer S.A.: membro do Conselho de Auditoria, de abril 2008 a dezembro de 2011. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico.					
Fundação SISTEL de Seguridade Social: desde janeiro de 1987. Atualmente como Gerente de Investimentos e Finanças. Atividade Principal da empresa: Previdência Privada.					

¹ A Companhia adota o critério definido no Regulamento do Novo Mercado para determinar a independência do membro.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

Membro do Conselho de Administração da Bonaire Participações S/A.

Formação Acadêmica: Economista com Mestrado pela FGV/EPGE-RJ em 1986 e MBA em Finanças pela IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais em 1996.

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Ivan Mendes do Carmo declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Tarcísio Luiz Silva Fontenele	25/08/1962	Conselho Fiscal	12/04/2017	1 ano	Sim
265.672.021-49	Advogado	Membro Suplente do Conselho Fiscal	12/04/2017	Não	17
Não há.					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>Embraer S.A.: membro do suplente do Conselho de Fiscal, desde abril de 2001. Atividade Principal da empresa: aeronáutico.</p> <p>Fundação Sistel de Seguridade Social: Desde Julho de 2002 exerce o cargo de Gerente Jurídico. Atividade Principal da empresa: previdência privada.</p>					
Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:					
Membro do Conselho de Administração da Bonaire S.A. empresa de participação no setor elétrico.					
Formação Acadêmica: Graduado em Direito pela Universidade do Distrito Federal – UDF em 1983 e Pós-graduado em Processo Civil pelo ICAT/DF em 1995.					
<p>A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					

O Sr. Tarcísio Luiz Silva Fontenele declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
José Mauro Laxe Vilela	13/02/1948	Conselho Fiscal	12/04/2017	1 ano	Sim
102.631.287-68	Bacharel em Ciências Econômicas	Vice-Presidente do Conselho Fiscal	12/04/2017	Não	7
Não há.					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>Embraer S.A.: membro do Conselho de Fiscal, desde 2011. Atividade Principal da empresa: aeronáutico.</p> <p>CIA BOZANO: consultor independente para assuntos ligados às áreas contábil e tributária, desde novembro de 2011. Atividade Principal da empresa: holding.</p> <p>Azul S.A.: membro do Comitê de Auditoria de Julho de 2010 a Outubro de 2011. Atividade Principal da empresa: transporte aéreo.</p>					
Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:					
Nenhum.					
Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes em 1972.					
A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que					

o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José Mauro Laxe Vilela declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Wanderley Fernandes da Silva	10/04/1973	Conselho Fiscal	12/04/2017	1 ano	Sim
028.343.127-02	Bacharel em Ciências Contábeis	Membro Suplente do Conselho Fiscal	12/04/2017	Não	7
Não há.					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>Bozano Partners S.A.: sócio, desde 2015. Atividade Principal da empresa: gestão de fundos.</p> <p>Cia Bozano: responsável pela área financeira do Grupo Bozano gerenciando o departamento de contas a pagar e análise das diversas possibilidades de investimentos para o conglomerado, de jun/2000 até jun/15. Atividade Principal da empresa: holding.</p> <p>Embraer S.A.: membro do suplente do Conselho de Fiscal, desde abril de 2011. Atividade Principal da empresa: aeronáutico.</p>					
Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:					
Nenhum.					
Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis pela UERJ, Pós Graduação em Finanças pela FGV e MBA Finanças Corporativas – IBMEC.					
A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro					

Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Wanderley Fernandes da Silva declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Wilsa Figueiredo	08/01/1963	Conselho Fiscal	12/04/2017	1 ano	Sim
457.398.546-87	Bancário e Economiário	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	12/04/2017	Não	1
Não há.					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>Banco do Brasil S.A – diretora de Controles Internos e Compliance desde outubro 2016 atuou como diretora de Soluções de Atacado desde Junho de 2015 atuou como Gerente Geral da Unidade Private Bank, Gerente Executiva na Diretoria de Mercado de Capitais, Diretoria Comercial e Diretoria Internacional.</p> <p>Atividade Principal da empresa: banco.</p> <p>Log Z: membro do Conselho de Administração desde maio de 2015.</p> <p>Atividade Principal da empresa: logística.</p> <p>BB Securities Limited – Londres – Membro do Conselho de Administração desde janeiro de 2016. Mandato indeterminado.</p> <p>Atividade Principal da empresa: corretora de títulos e valores mobiliários no exterior.</p> <p>BB Securities LLC – Nova York – Membro do Conselho de Administração desde setembro de 2015. Mandato indeterminado.</p> <p>Atividade Principal da empresa: corretora de títulos e valores mobiliários no exterior</p> <p>BB Securities Asia Pte. Ltd - Singapura – Membro do Diretório desde dezembro de 2015. Mandato indeterminado. Atividade Principal da empresa: corretora de títulos e valores mobiliários no exterior.</p> <p>Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior -Funcex - Membro do Conselho Superior desde junho de 2015. Mandato até maio de 2018.</p>					

Atividade Principal da empresa: Fundação de estudos sobre comercio exterior.

Companhia Elétrica de Pernambuco-Celpe: membro do Conselho de Administração de Janeiro de 2014 a abril de 2015.

Atividade Principal da empresa: energia elétrica.

Companhia de Eletricidade da Bahia-Coelba: membro do Conselho de Administração de Janeiro de 2014 a abril de 2015.

Atividade Principal da empresa: energia.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

Nenhum.

Formação Acadêmica: Bacharel em Matemática pela Faculdade de Filosofia do Sul de Minas – Varginha – MG, em 1988; Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia Química - Varginha – MG em 1993; Pós-graduação em Gestão Empresarial pela CNEC – Varginha MG em 1997; IMBA Executivo Internacional pela Fundação Getúlio Vargas em 1999; MBA pela Ohio University - Athens – Ohio – USA em 2003; MBA Liderança Estratégica pela INEPAD e Universidade Vale dos Sinos.

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Wilsa Figueiredo declarou à Companhia que é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável, uma vez que é Diretora Executiva de Controles Internos e Compliance do Banco do Brasil.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Luiz Claudio Moraes	12/01/1962	Conselho Fiscal	12/04/2017	1 ano	Sim
024.878.528-10	Bacharel em Ciências Econômicas	Membro Suplente do Conselho Fiscal	12/04/2017	Não	1
Não há.					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>BB Tecnologia e Serviços S.A: diretor de Relacionamento e Novos Negócios atuando de 2012 a 2013. Atividade Principal da empresa: tecnologia.</p> <p>BB Tecnologia e Serviços S.A: diretor de Administração e Finanças atuando de 2009 a 2012. Atividade Principal da empresa: tecnologia.</p> <p>AVS Seguradora S.A.(em liquidação extrajudicial): liquidante de janeiro de 2015 até julho de 2016. São Paulo – Cia Nacional de Seguros Gerais. (em liquidação extrajudicial): liquidante de julho de 2013 até julho de 2016.</p> <p>Preferencial Cia de Seguros (em liquidação extrajudicial): liquidante de julho de 2013 até julho de 2016.</p> <p>Forjas Taurus S.A.: membro do Conselho de Administração, de dezembro de 2014 a dezembro de 2015. Atividade Principal da empresa: fabricação de armas e acessórios, capacetes e acessórios, contêineres e plásticos.</p> <p>Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte: membro suplente Conselho Fiscal, de junho de 2012 a maio de 2014.</p>					

Atividade Principal da empresa: energia elétrica.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

Nenhum.

Formação Acadêmica: Graduado em Economia pela PUCC – Campinas em 1993; Pós-Graduação em Finanças Avançadas em 1998 e em Governança Corporativa pela Universidade de São Paulo em 1999; Mestrado em Economia – Gestão Econômica do Meio Ambiente pela Universidade de Brasília em 2002.

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Luiz Claudio Moraes declarou à Companhia que é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável, uma vez que é Diretor Estatutário do BB TEC ou Cobra Tecnologia até 01.04.2013.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Otávio Ladeira de Medeiros	30/03/1968	Conselho Fiscal	12/04/2017	1 ano	Sim
065.675.548-27	Servidor Público – Secretário do Tesouro Nacional	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	12/04/2017	Não	1
Não há.					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>Secretaria do Tesouro Nacional: Secretário do Tesouro Nacional, entre dezembro de 2015 e maio de 2016 e Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional desde junho de 2016. Atividade Principal da empresa: Ministério da Fazenda.</p> <p>Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais – SUPEF, de abril de 2015 a dezembro de 2015. Atividade Principal da empresa: Ministério da Fazenda.</p> <p>Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública – COGEP, de fevereiro de 2006 a abril de 2015. Atividade Principal da empresa: Ministério da Fazenda.</p> <p>Banco do Brasil Investimentos S.A. Presidente do Conselho de Fiscal, de abril de 2009 a abril de 2012. Atividade Principal da empresa: Instituição Financeira.</p> <p>BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. Presidente do Conselho Fiscal entre maio de 2012 e abril de 2014</p>					

Atividade Principal da empresa: Instituição Financeira.

BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - DTVM S.A. Membro do Conselho de Administração entre abril de 2014 e abril de 2016.

Atividade Principal da empresa: Instituição Financeira.

Liquigás Distribuidora S.A.: membro do Conselho de Fiscal, entre abril de 2015 e abril de 2016.

Atividade Principal da empresa: engarrafamento, distribuição e comercialização de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

Nenhum.

Formação Acadêmica: Bacharelado em Economia pela Universidade de Brasília em 2003, Extensão em The Theory and Operation of a Modern National Economy pela George Washington University em 1999, MBA – Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais em 1998 e Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília pela UnB em 2003.

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Otávio Ladeira de Medeiros declarou à Companhia que é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável, uma vez que foi Secretário do Tesouro Nacional entre dezembro de 2015 e maio 2016.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
William Baghdassarian	12/02/1972	Conselho Fiscal	12/04/2017	1 ano	Sim
563.579.821-72	Servidor Público	Membro Suplente do Conselho Fiscal	12/04/2017	Não	1
Não há.					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
Assessor Econômico da Presidência da República.					
Membro do Conselho da Petrobrás.					
Membro do Conselho Fiscal da Eletronorte.					
Secretária do Tesouro Nacional: coordenador-geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil desde 2011.					
Atividade Principal da empresa: Ministério da Fazenda.					
Caixa Econômica Federal: membro do Conselho de Fiscal, desde 2014.					
Atividade Principal da empresa: Banco.					
CaixaPar – Caixa Participações: membro do Conselho de Fiscal, em 2014.					
Atividade Principal da empresa: Banco.					
Breitener Energética (grupo Petrobras): membro do Conselho de Fiscal, de 2012 a 2014.					
Atividade Principal da empresa: Eletricidade.					
Secretaria do Tesouro Nacional: coordenador de gestão do Fundo Soberano do Brasil de 2011 a 2011.					
Atividade Principal da empresa: Ministério da Fazenda.					

Dataprev: membro do Conselho de Fiscal, de 2011 a 2012.

Atividade Principal da empresa: Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

Nenhum.

Formação Acadêmica: graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília em 1996, graduado em Economia (AEUDF) em 1997, MBA em Gestão da Dívida Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 2002, Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília em 2005, PhD em Finanças pela ICMACentre – Henley Business School em 2011.

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. William Baghdassarian declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Maurício Rocha Alves de Carvalho	12/09/1961	Conselho Fiscal	12/04/2017	1 ano	Sim
709.925.507-00	Engenheiro Mecânico	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	12/04/2017	Não	1
Não há.					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>Condere Consultoria de Estratégia e M&A: sócio, desde 2010. Atividade Principal da empresa: consultoria.</p> <p>Intersmart, Distribuidora de Equipamentos de T.I.: membro do Conselho de Administração, desde 2009 a dez/2014 e Presidente do Comitê de Finanças, de 2011 a dez/2014. Atividade Principal da empresa: informática.</p> <p>Grendene S.A.: membro do Conselho Fiscal de 2012 a 2015. Atividade Principal da empresa: indústria de calçados.</p> <p>SLC Agrícola: membro do Conselho Fiscal, de 2013 a 2017. Atividade Principal da empresa: agronegócio.</p> <p>Mills S.A.: membro do Conselho Fiscal, de 2011 a 2014. Atividade Principal da empresa: engenharia</p> <p>Sonae Sierra Brasil: membro do Conselho Fiscal, de 2012 a 2013 Atividade Principal da empresa: gestora de shopping centers.</p> <p>Tupy S.A: membro do Conselho Fiscal, de 2010 a 2012. Atividade Principal da empresa: indústria metalúrgica</p>					

Inspet: professor de Finanças Corporativas e Avaliação de Negócios nos cursos de pós-graduação e MBA, desde 2000.

Atividade Principal da empresa: educação.

FIA: professor de Finanças Corporativas e Avaliação de Negócios nos cursos de pós-graduação e MBA, de 2000 a 2010.

Atividade Principal da empresa: educação.

APIMEC/SP: professor de Finanças Corporativas e Avaliação de Negócios nos cursos de pós-graduação e MBA, de 2000 a 2016.

Atividade Principal da empresa: educação.

IBGC: professor de Finanças Corporativas e Avaliação de Negócios nos cursos de pós-graduação e MBA, de 2000 a 2012.

Atividade Principal da empresa: Educação.

Apimec-SP: Diretor Técnico de 2014 a 2016.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

Nenhum.

Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1983, MBA pela Wharton School – University of Pennsylvania, em 1988.

Certificações: CFA 2005, CNPI 2006 e IBGC em 2009.

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Maurício Rocha Alves de Carvalho declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Membro independente
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Taiki Hirashima	14/06/1940	Conselho Fiscal	12/04/2017	1 ano	Sim
007.568.818-20	Bacharel em Ciências Contábeis	Membro Suplente do Conselho Fiscal	12/04/2017	Não	14
Não há.					
Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:					
<p>Embraer S.A.: membro do Conselho de Fiscal, desde 2004. Atividade Principal da empresa: aeronáutico.</p> <p>São Fernando Golf Clube: membro do Conselho Fiscal, desde 2008.</p> <p>Embraer S.A.: membro do Conselho de Auditoria, de abril 2004 a dezembro de 2011. Atividade Principal da empresa: aeronáutico.</p> <p>Natura S.A.: Membro do Comitê de Auditoria, de abril de 2009 a abril de 2013. Atividade Principal da empresa: cosméticos.</p> <p>Magazine Luiza: membro do Comitê de Auditoria, de janeiro 2008 a abril de 2013. Atividade Principal da empresa: varejista.</p> <p>Santander Brasil – membro do Comitê de Auditoria, de janeiro de 2007 a março de 2010 e abril de 2013 a março de 2014. Atividade Principal da empresa: banco.</p> <p>Hirashima Associados: sócio fundador, desde 2002. Atividade Principal da empresa: consultoria.</p>					
Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:					
Nenhum.					

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais pela Fundação Álvares Penteadó em 1966, com especialização em finanças corporativas na Harvard Business School, Wharton University e Stanford School of Business em 2000.

A Companhia declara que não tem conhecimento de qualquer dos seguintes eventos que tenha, ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Taiki Hirashima declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

12.6 - Percentual de participação de cada um dos membros do conselho de administração nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no exercício de 2016

Conselho Fiscal	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse²	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Ivan Mendes do Carmo	10	100
Otávio Ladeira de Medeiros	6	100
José Mauro Laxe Vilela	10	90
Wilsa Figueiredo	6	100
Taiki Hirashima ³	10	100
Tarcísio Luiz Silva Fontenele (suplente)	10	-
William Baghdassarian (suplente)	6	-
Wanderley Fernandes da Silva (suplente)	10	-
Luiz Claudio Moraes (suplente)	6	-
Maurício Rocha Alves de Carvalho (suplente) ⁴	6	-

² Para os membros que foram reeleitos na AGO de 2016, a Companhia considerou todas as reuniões do CF realizadas no exercício de 2016 e para os novos membros eleitos na AGO de 2016, a Companhia considerou as reuniões realizadas após a posse de tais membros.

³ Não obstante na chapa proposta pelo Conselho de Administração para o período de 2017/2018, o Sr. Taiki Hirashima ter sido indicado para o cargo de membro suplente do CF, as informações sobre o Sr. Taiki Hirashima, nessa tabela, refletem a participação dele como membro efetivo nas reuniões do CF realizadas no exercício de 2016, cargo para o qual foi eleito na última assembleia geral ordinária.

⁴ Não obstante na chapa proposta pelo Conselho de Administração para o período de 2017/2018, o Sr. Maurício Rocha Alves de Carvalho ter sido indicado para o cargo de membro efetivo, as informações sobre o Sr. Maurício Rocha Alves de Carvalho, nessa tabela, refletem a participação dele como membro suplente nas reuniões do CF realizadas no exercício de 2016, cargo para o qual foi eleito na última assembleia geral ordinária.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração: Não é aplicável para o Conselho Fiscal.

12.8 Em relação a cada das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como, dos comitês de auditoria, de riscos, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenha, após a posse no cargo: Não é aplicável para o Conselho Fiscal.

12.9 Existências de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre (a) administradores do emissor, (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor, e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas do emissor: Não existe relação para os membros do Conselho Fiscal.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não existe relação para os membros do Conselho Fiscal.

PROPOSTA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SENHORES ACIONISTAS:

ASSUNTO: Fixação do montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o período de maio/2017 a abril/2018

CONSIDERANDO

- a necessidade de fixação, pela AGO, do montante global anual para distribuição entre os administradores da Companhia para o período compreendido entre maio de 2017 e abril de 2018, em consonância com o disposto no artigo 18, inciso IV do Estatuto Social; e
- que o Comitê de Recursos Humanos, em sua reunião de 09 de fevereiro de 2017, decidiu recomendar ao Conselho de Administração o limite global anual no valor de R\$ 74 milhões;

PROPOMOS

A fixação do limite global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o período de maio/2017 a abril/2018 em R\$ 74 milhões.

São José dos Campos, 10 de março de 2017.

A Administração

Anexo I – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme art. 12, inciso II, da Instrução CVM 481/09)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração Executiva da Embraer permite atrair, manter e reconhecer os profissionais de grande qualificação na administração da Companhia, através de incentivos de curto e longo prazo.

Acompanhamos as variações do ambiente externo e comparamos anualmente nossas práticas de remuneração com mercados de referência e porte equivalente. Pretende-se, ainda, alinhar os interesses da administração com os dos acionistas.

(b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração recebem um honorário fixo mensal e é oferecido a eles, de forma opcional, seguro de vida em grupo e seguro saúde nos mesmos moldes dos oferecidos aos empregados. Não existe remuneração variável para este órgão. Entende-se que o pagamento exclusivo de uma remuneração fixa para os membros do Conselho de Administração tem por objetivo estar em linha com as melhores práticas de mercado. Em 2013, os membros do Conselho de Administração receberam uma outorga de remuneração baseada em ações nos termos do Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A., descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência. Tal outorga foi, no entanto, cancelada em 16 de abril de 2014. Em 10 de março de 2016, o Conselho de Administração deliberou sobre o encaminhamento à Assembleia de proposta de cancelamento do Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A., destinado aos membros do Conselho de Administração. Na Assembleia de 13 de abril de 2016, o cancelamento do Programa mencionado foi aprovado.

Os membros dos comitês de assessoramento (Auditoria e Riscos, Recursos Humanos e Estratégia) recebem um honorário fixo mensal específico por participação em cada comitê (limitado a dois comitês). Não existe remuneração variável para os membros dos comitês. Entende-se que o pagamento exclusivo de uma remuneração fixa em razão da participação em comitês tem por objetivo estar em linha com as melhores práticas de mercado.

Os membros da Diretoria estatutária recebem um honorário fixo mensal e uma remuneração variável (incentivos de curto e longo prazo). Para a definição dos elementos de remuneração, adotam-se como “parâmetro interno” os programas que cada executivo tem sob sua responsabilidade e como “parâmetro externo” a realização de pesquisa de mercado. Entende-se que o pagamento de uma remuneração fixa e uma remuneração variável para os membros da Diretoria tem por objetivo estar em linha com os negócios da Companhia e com as melhores práticas de mercado.

- (a) Honorário Fixo Mensal: definido anualmente a partir das referências de mercado. A Companhia procura não corrigir os valores de forma automática por ocasião de acordos trabalhistas, sempre que possível e na medida em que tal prática seja permitida pela legislação aplicável.
- (b) Benefícios Diretos e Indiretos: seguro de vida em grupo, seguro saúde e previdência privada nos mesmos moldes oferecidos aos empregados da Companhia.
- (c) Remuneração Variável de Curto Prazo (“CP”): visa privilegiar a retenção dos executivos e o alinhamento de seus ganhos com os dos acionistas. Nesse sentido, quanto maior o impacto do programa, mais peso deverá ser atribuído às parcelas de CP. Nesse sentido, o montante

de CP a distribuir entre os executivos elegíveis será equivalente a uma porcentagem do lucro operacional da Companhia, observada a realidade econômico-financeira da Companhia e os respectivos programas de ação individuais, sendo que sua apuração varia diretamente de acordo com alcance das metas concretas que tenham sido definidas.

- (d) Incentivos de Longo Prazo (“ILP”): A despeito de não caracterizarem remuneração, o “Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários e Empregados” e o “Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos Embraer” são descritos nesta seção e em outras seções deste item 13 em atendimento às orientações de seu preenchimento.

As condições gerais de incentivo de longo prazo adotadas pela Companhia têm por objetivos primordiais: (a) manter na Companhia e para ela atrair pessoal altamente qualificado; e (b) assegurar às pessoas que possam efetivamente contribuir para o melhor desempenho da Companhia e de seus valores mobiliários o direito de participar do resultado de sua contribuição. Pretende-se, ainda, assegurar a continuidade da administração da Companhia e alinhar os interesses dos diretores com os dos acionistas da Companhia.

Os valores planejados de ILP serão definidos em função das referências de mercado, respeitadas as condições estabelecidas no Plano de Incentivo de Longo Prazo da Embraer.

Nota: Na hierarquia da Companhia, há vários diretores contratados para responder pela gestão dos processos administrativos, corporativos, diretamente relacionados ou que apoiam as unidades de negócios, porém, por serem empregados da Companhia e, dessa forma, possuírem relação empregatícia com a mesma, são considerados como diretores não estatutários.

Os membros do Conselho Fiscal recebem um salário fixo mensal, cujo montante anual é aprovado em Assembleia Geral Ordinária e respeita os limites definidos na Lei nº 6.404/76, artigo 162, parágrafo 3º. Atualmente não são oferecidos benefícios diretos ou indiretos aos membros do Conselho Fiscal. Os valores que constam no detalhamento da remuneração total do Conselho Fiscal são referentes a benefícios concedidos em períodos anteriores ao seu cancelamento.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a estrutura da política de remuneração da Companhia, a proporção de cada elemento na remuneração total pode variar em função dos resultados da Companhia.

A tabela abaixo mostra a proporção de cada elemento na remuneração total do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016:

Órgão	Honorários	Participação em Comitês (*)	Benefícios Diretos Indiretos	Remuneração Variável	Benefícios Motivados pela cessação do cargo	Remuneração Baseada em ações(**)	Total Geral
Conselho Administração	78,37%	20.14%	1.49%	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	115,26%	-	16,62%	40,59%	24,66%	(97,13)% (***)	100,00%
Conselho Fiscal	85.17%	-	14.83%	-	-	-	100,00%

(*) Remuneração fixa aos membros do Conselho de Administração participantes de comitês. Ressalte-se que: (i) os comitês são integrados exclusivamente por membros do Conselho de Administração; (ii) todos os membros do Conselho de

Administração são integrantes de comitês; e (iii) a participação em comitê faz jus somente a uma remuneração fixa.

(**) Refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo Prazo.

(***) Redução devido à desvalorização de ações (EMBR3) da Companhia em 2016, utilizadas na marcação a mercado das ações virtuais outorgadas, além disso, houve baixa das outorgas em função da expectativa de não cumprimento da meta de desempenho atrelada ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer (ILP).

A tabela abaixo mostra a proporção de cada elemento na remuneração total do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Órgão	Honorários	Participação em Comitês (*)	Benefícios Diretos Indiretos	Remuneração Variável	Benefícios Motivados pela cessação do cargo	Remuneração Baseada em ações (**)	Total Geral
Conselho Administração	77,47%	20,93%	1,60%	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	21,79%	-	2,95%	27,25%	4,38%	43,63%	100,00%
Conselho Fiscal	88,12%	-	11,88%	-	-	-	100,00%

(*) Remuneração fixa aos membros do Conselho de Administração participantes de comitês. Ressalte-se que: (i) os comitês são integrados exclusivamente por membros do Conselho de Administração; (ii) todos os membros do Conselho de Administração são integrantes de comitês; e (iii) a participação em comitê faz jus somente a uma remuneração fixa.

(**) Refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo Prazo.

A tabela abaixo mostra a proporção de cada elemento na remuneração total do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Órgão	Honorários	Participação em Comitês (*)	Benefícios Diretos Indiretos	Remuneração Variável	Benefícios Motivados pela cessação do cargo	Remuneração Baseada em ações (**)	Total Geral
Conselho Administração	62,99%	14,68%	1,61%	-	-	20,72%	100,00%
Diretoria Estatutária	30,14%	-	3,64%	33,86%	7,18%	25,18%	100,00%
Conselho Fiscal	88,77%	-	11,23%	-	-	-	100,00%

(*) Remuneração fixa aos membros do Conselho de Administração participantes de comitês. Ressalte-se que: (i) os comitês são integrados exclusivamente por membros do Conselho de Administração; (ii) todos os membros do Conselho de Administração são integrantes de comitês; e (iii) a participação em comitê faz jus somente a uma remuneração fixa.

(**) Refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo Prazo.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração da Diretoria, do Conselho e de cada membro dos seus Comitês em bases de mercado, considera a complexidade, sofisticação e desafios inerentes aos negócios da Companhia, respeitada a verba global anual para remuneração dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é aferida periodicamente em função de pesquisa de mercado e ajustada em consonância com a verba global aprovada.

Os valores fixos pagos aos participantes dos comitês de assessoramento (Auditoria e Riscos, Recursos Humanos e Estratégia) são aferidos periodicamente em função de pesquisa de mercado e ajustados em consonância com a verba global aprovada.

Para definição do mercado pesquisado, consultam-se empresas de capital aberto, do mercado geral e com boas práticas de governança e utilizam-se as medidas estatísticas de médias P25 a P90 como referência aos estudos de comparação de práticas a fim de apoiar decisões relativa à remuneração dos seus principais executivos.

Nota: Medidas estatísticas são utilizadas para identificar e comparar onde os salários da companhia se encontram e quais são seus afastamentos frente ao mercado, as médias P25 a P90 são algumas dessas referências utilizadas para indicar uma posição dentro da amostra pesquisada. Por exemplo, P25 é o valor que se encontra dentro de 25% da amostra e P90 é o valor se encontra dentro de 90% da amostra.

A remuneração total da Diretoria estatutária é composta por três parcelas, sendo uma parcela fixa e duas variáveis, uma de curto e outra de longo prazo, conforme abaixo:

$$RT = RF + CP + ILP$$

onde:

RF = remuneração fixa (salário ou honorários) estabelecida de acordo com as atribuições e responsabilidades inerentes ao exercício da função;

CP = remuneração variável de curto prazo (concedidos anualmente cujos valores são definidos com base no alcance de metas pré-estabelecidas);

ILP = incentivo de longo prazo são valores concedidos que refletem na valorização das ações da Companhia na Bolsa de Valores e alavancam a remuneração dos acionistas.

Os valores de remuneração total (RT) devem ser planejados anualmente, com base em pesquisas de mercado e também levando em conta a realidade econômico-financeira da Companhia. Deve-se privilegiar a retenção dos executivos e o alinhamento de seus ganhos com os dos acionistas. Nesse sentido, quanto maior o impacto do programa, mais peso deverá ser atribuído às parcelas variáveis da remuneração - CP e ILP, refletindo, respectivamente, a lucratividade e a valorização da Companhia. O ILP será apenas um valor de referência para o exercício vigente e a aquisição do direito ao seu recebimento dar-se-á em data futura, conforme as condições previstas no Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer.

As remunerações fixas e variáveis de cada órgão não possuem uma metodologia de cálculo e de reajuste específica, mas são baseadas nos critérios descritos acima.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento

O objetivo principal é atrair membros com reputação e perfis adequados. Os valores referenciais são obtidos pelos resultados de pesquisas especializadas, realizadas com empresas de porte similar à Embraer e visa remunerar de forma adequada as condições necessárias para o desempenho de suas funções.

Nota: Considera-se como empresas de porte similar aquelas que são comparáveis em termos de região de atuação, número de empregados, faturamento, ramo de atividade, processos de desenvolvimento de produtos ou de produção, atuação global e etc.

Diretoria Estatutária

Os valores de remuneração total (RT) são planejados anualmente com base em pesquisas de mercado com empresas de porte, complexidade e desafios equivalentes aos da Embraer. Busca-se, por meio dessas pesquisas, definir não somente os valores praticados, mas também a proporcionalidade de seus componentes (Remuneração Fixa, Curto Prazo e Longo Prazo). A Companhia privilegia a retenção dos seus executivos e visa manter e atrair diretores e pessoas chave altamente qualificados, alinhando os interesses destes com os de seus acionistas. Além disso, objetiva-se assegurar aos executivos que possam efetivamente contribuir para o melhor desempenho da Companhia e de seus valores mobiliários e, conseqüentemente, participar do resultado de sua contribuição.

Conselho Fiscal

A remuneração mensal do Conselho Fiscal, conforme prescrito no parágrafo 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, é estabelecida em valor equivalente a, no mínimo, 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

v. Existência de membros não remunerados

Não há membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, Diretoria ou Conselho Fiscal que não sejam remunerados em razão do exercício do cargo na Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração variável são (i) avaliação individual anual do Plano de Ação e (ii) resultado do desempenho global da Companhia.

Assim, a remuneração CP e o ILP são variáveis em função dos resultados econômicos e resultado operacional da Companhia auferidos e influenciados pelos resultados das avaliações dos Planos de Ação (PA) individuais e nível de desafio inserido de cada Diretor estatutário, com foco nos objetivos, macroprojetos e avaliações de oportunidades potenciais de novos negócios.

No incentivo de curto prazo, o montante a ser efetivamente distribuído aos executivos a cada exercício é atrelado aos respectivos Planos de Ação individuais e sua apuração variará diretamente com o alcance dos resultados ali definidos.

O Plano de Ação é um instrumento individual de caráter corporativo que consolida uma visão de um ano das estratégias e resultados pretendidos pela Companhia.

O indicador de desempenho que consta no Plano de Ação é específico para cada executivo em vista de suas funções, por exemplo: para um diretor da área de negócios, o indicador de desempenho poderá ser “vendas alcançadas” e receita líquida; por sua vez, o indicador de desempenho para um diretor da área Financeira poderá abranger indicadores econômicos/financeiros (como Receita líquida, Geração operacional de caixa, despesas administrativas e comerciais); por fim, o indicador de desempenho para um diretor da área Técnica pode ser produtos desenvolvidos, etc.

O conteúdo do Plano de Ação é revisado anualmente através do ciclo de Planejamento Empresarial e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Sendo assim, cada executivo é avaliado anualmente segundo o atingimento do seu Plano de Ação específico e sua remuneração variável de curto prazo é influenciada por este resultado.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável de curto e longo prazo de todos os Diretores estatutários e não estatutários é definida por fatores de desempenho individuais e fatores de avaliação da Companhia, portanto diretamente vinculada à evolução dos indicadores de desempenho.

Todo Diretor tem anualmente seu Plano de Ação individual e nível de desafio estabelecido e que poderá variar diretamente com o alcance dos resultados ali definidos no final do exercício, com foco nos objetivos, macroprojetos e avaliações de oportunidades potenciais de novos negócios.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Recursos Humanos da Embraer objetiva transmitir o pensamento e a postura da Companhia também na adoção de práticas de remuneração compatíveis com mercado e de forma a atrair, reter e reconhecer profissionais, alinhando os objetivos individuais com os empresariais, bem como as necessidades técnicas e condições econômico-financeiras, em um sistema de parceria e compartilhamento da riqueza gerada, estimulando todos na busca do alcance e superação dos resultados pactuados previamente.

A Embraer visa a manter a remuneração de seus administradores com competitividade frente ao mercado, a fim de reter e atrair os administradores que permitam atingir seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

Uma parcela significativa da remuneração variável de curto prazo depende diretamente da obtenção de metas concretas pelos profissionais, conforme detalhadas no item 13.1(c) deste Formulário de Referência. Por sua vez, o restante da parcela decorre de uma avaliação global da performance de cada profissional, diante de sua posição estratégica na Companhia e da prática observada em companhias no mercado com características similares. O pagamento da remuneração variável de curto prazo também está atrelado à performance da Companhia, o que pressupõe a existência de lucro no exercício fiscal. Dessa forma, a remuneração está atrelada à permanência dos profissionais e à obtenção de resultados positivos pela Companhia, o que demonstra o alinhamento de interesses.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica porque as subsidiárias e controladas não remuneram administradores, Conselheiros Administrativos e Conselheiros Fiscais da Embraer.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 Remunerações total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados	11,00	7,00	5,00	23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.305.000,00	10.012.000,00	795.000,00	19.112.000,00
Benefícios direto e indireto(*)	189.000,00	489.000,00	109.000,00	787.000,00
Participações em comitês	2.292.000,00	0,00	0,00	2.292.000,00
Outros(**)	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	12.185.000,00	0,00	12.185.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	808.000,00	0,00	808.000,00
Cessação do cargo	0,00	3.480.000,00	0,00	3.480.000,00
Baseada em ações	0,00	6.022.000,00	0,00	6.022.000,00
Observações	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente. A participação em comitês refere-se à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração que participam dos comitês.	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente. Remuneração baseada em ações refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo prazo	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente.	
Total da remuneração	10.786.000,00	33.392.000,00	904.000,00	45.082.000

(*) O valor que consta no campo Benefícios direto e indireto do Conselho Fiscal é referente a benefícios concedidos em períodos anteriores ao seu cancelamento.

(**) O valor indicado no campo Outros corresponde a encargos recolhidos pela Companhia em função da remuneração paga.

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,33	5,25	23,58
Nº de membros remunerados	11,00	7,33	5,25	23,58
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore	7.565.000,00	12.341.000,00	812.000,00	20.718.000,00
Benefícios direto e indireto(*)	144.000,00	508.000,00	141.000,00	793.000,00
Participações em comitês	1.944.000,00	0,00	0,00	1.944.000,00
Outros(**)	0,00	343.000,00	0,00	343.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.346.000,00	0,00	4.346.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	929.000,00	0,00	929.000,00
Cessação do cargo	0,00	2.640.000,00	0,00	2.640.000,00
Baseada em ações	0,00	(10.400.000,00)	0,00	(10.400.000,00)
Observações	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente. A participação em comitês refere-se à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração que participam dos comitês.	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente. Remuneração baseada em ações refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo prazo	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente.	
Total da remuneração	9.653.000,00	10.707.000,00	953.000,00	21.313.000,00

(*) O valor que consta no campo Benefícios direto e indireto do Conselho Fiscal é referente a benefícios concedidos em períodos anteriores ao seu cancelamento.

(**) O valor indicado no campo Outros corresponde a encargos recolhidos pela Companhia em função da remuneração paga.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,33	5,25	23,58
Nº de membros remunerados	11,00	7,33	5,25	23,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.194.000,00	11.539.000,00	808.000,00	19.541.000,00
Benefícios direto e indireto(*)	150.000,00	407.000,00	109.000,00	666.000,00
Participações em comitês	1.944.000,00	0,00	0,00	1.944.000,00
Outros(**)	0,00	264.000,00	0,00	264.000,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	11.604.000,00	0,00	11.604.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	890.000,00	0,00	890.000,00
Cessação do cargo	0,00	2.321.000,00	0,00	2.321.000,00
Baseada em ações	0,00	23.103.000,00	0,00	23.103.000,00
Observações	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente. A participação em comitês refere-se à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração que participam dos comitês.	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente. Remuneração baseada em ações refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo prazo	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente.	
Total da remuneração	9.288.000,00	50.128.000,00	917.000,00	60.333.000,00

(*) O valor que consta no campo Benefícios direto e indireto do Conselho Fiscal é referente a benefícios concedidos em períodos anteriores ao seu cancelamento.

(**) O valor indicado no campo Outros corresponde a encargos recolhidos pela Companhia em função da remuneração paga.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 – Valores Anuais				
	Conselho de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total

	Administração			
Nº total de membros	11,00	8,17	5,17	24,34
Nº de membros remunerados	11,00	8,17	5,17	24,34
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.957.000,00	12.243.000,00	775.000,00	20.975.000,00
Benefícios direto e indireto(*)	204.000,00	338.000,00	98.000,00	640.000
Participações em comitês	1.854.000,00	0,00	0,00	1.854.000,00
Outros(**)	0,00	228.000,00	0,00	228.000,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		13.751.000,00		13.751.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	911.000,00	0,00	911.000,00
Cessação do cargo	0,00	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
Baseada em ações	2.617.000,00	10.226.000,00	0,00	12.843.000,00
Observações	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente. A participação em comitês refere-se à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração que participam dos comitês.	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente. Remuneração baseada em ações refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo prazo	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente.	
Total da remuneração	12.632.000,00	40.614.000,00	873.000,00	54.119.000,00

(*) O valor que consta no campo Benefícios direto e indireto do Conselho Fiscal é referente a benefícios concedidos em períodos anteriores ao seu cancelamento.

(**) O valor indicado no campo Outros corresponde a encargos recolhidos pela Companhia em função da remuneração paga.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2017 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12.185,00	0,00	12.185,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	12.185,00	0,00	12.185,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,33	5,25	23,58
Nº de membros remunerados	0,00	7,33	0,00	7,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	13.800,00	0,00	13.800,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	13.800,00	0,00	13.800,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	4.346,00	0,00	4.346,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2015 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,33	5,25	23,58
Nº de membros remunerados	0,00	7,33	0,00	7,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	14.433,00	0,00	14.433,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	14.433,00	0,00	14.433,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	11.604,00	0,00	11.604,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2014 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	8,17	5,17	24,34
Nº de membros remunerados	0,00	8,17	0,00	8,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	16.550,00	0,00	16.550,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	16.550,00	0,00	16.550,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	13.751,00	0,00	13.751,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria estatutária

A Companhia possui hoje, em vigor, dois planos de remuneração baseados em ações, quais sejam, o “Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários”, aprovado em 19 de abril de 2010, e o “Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer”, aprovado em 25 de fevereiro de 2014 (em conjunto, os “Programas”).

A despeito de não caracterizarem remuneração, os Programas são descritos nessa e em outras seções deste item 13 apenas em atendimento às orientações de seu preenchimento. Neste sentido, é válido ressaltar que, conforme entendimento adotado pela Comissão de Valores Mobiliários, os valores pagos aos administradores, com base em plano de opções de compra de ações, por integrarem a sua remuneração, devem ser aprovados na forma do artigo 152 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia possuiu também um programa de remuneração baseado em ações, o “Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Membros do Conselho de Administração”, através do qual foi concedida uma outorga, em 25 de abril de 2013, porém foi cancelada em 16 de abril de 2014. Conforme mencionado no Item 13.1 desse Formulário de Referência, o referido Programa foi cancelado em 13 de abril de 2016. No âmbito desse plano de remuneração, foi aprovada a outorga de opções de compra de ações aos membros do Conselho de Administração da Companhia, as quais nunca poderão ser exercidas, em decorrência do cancelamento da outorga. Tal outorga encontra-se identificada nos itens pertinentes deste Formulário de Referência.

Apresentamos abaixo descrição dos Programas ainda em vigor:

Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários e Empregados

a. Termos e condições gerais

São elegíveis para participar do Programa os diretores e empregados da Companhia, os diretores (ou equivalentes) e empregados de suas controladas. A administração do Programa competirá ao Conselho de Administração, que deverá contar com o devido assessoramento de seu Comitê de Recursos Humanos em todas as suas etapas.

Os demais termos e condições do Programa estão descritos nos itens a seguir.

b. Principais objetivos do plano

O Programa tem por objetivos (i) manter na Companhia e para ela atrair pessoal altamente qualificado; e (ii) assegurar às pessoas que possam efetivamente contribuir para o melhor desempenho da Companhia e de seus valores mobiliários o direito de participar do resultado de sua contribuição. Pretende-se, ainda, assegurar a continuidade da administração da Companhia e de suas controladas e alinhar os interesses dos diretores e pessoas chave da Companhia e de suas controladas com os dos acionistas da Companhia.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Programa contribuirá para a constante melhoria dos resultados da Companhia, proporcionando retorno crescente a seus acionistas e recompensa para aqueles que fundamentalmente construíram esses resultados. Além disso, proporcionará a retenção e eventualmente a captação de executivos e de outras pessoas identificadas como fundamentais para o futuro e perpetuidade da Companhia.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Embora não se caracterize como remuneração, o plano se insere na política de remuneração da Companhia (juntamente com a remuneração fixa e a remuneração variável de curto prazo) podendo ou não ocorrer em função da valorização ou desvalorização das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA. O Programa caracteriza-se, portanto, como um incentivo potencial de longo prazo, sem nenhuma garantia de efetiva realização.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Pela própria natureza da relação direta entre esses interesses: havendo valorização da ação, ganha o acionista e ganha o participante; não havendo valorização da ação, ambos deixam de ganhar. Além disto, pela possibilidade de maior retenção do participante pela Companhia ou até mesmo como atrativo no caso de uma contratação externa, os interesses também estarão alinhados.

f. Número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 1,5% das ações representativas do capital social da Companhia a cada exercício.

A critério do Conselho de Administração, a origem das ações cujos direitos de compra serão outorgados a cada exercício poderá ser: (a) aquisição direta em bolsa de valores; (b) aumentos de capital, cumulativamente limitados a 5% do capital social da Companhia, observado ainda o limite estabelecido no artigo 7º do estatuto social; (c) utilização de ações existentes em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2016, estavam vigentes as duas últimas outorgas do programa de opções de ações da Embraer concedidas em 23 de janeiro de 2012 e 20 de março de 2013. Nas outorgas vigentes em 31 de dezembro de 2016, dentre a quantidade total concedida, de 9.354.000 opções de ações, 1.319.680 opções foram canceladas e 2.212.880 opções foram exercidas.

Ainda restam a serem exercidas um total de 5.821.440 opções, sendo que 1.849.050 opções de ações já se encontram totalmente exercíveis.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Idem letra “f” acima.

h. Condições de aquisição de ações

Como regra geral, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos: (a) ao final, respectivamente, do terceiro e quarto anos contados a partir da data de outorga da opção de compra (“Data de Outorga”), o participante adquirirá o direito de exercer parcela correspondente a, respectivamente, 33% e 33% do número de ações integrantes do(s) lote(s) objeto da opção; e (b) ao final do quinto ano contado a partir da Data de Outorga, o Participante adquirirá o direito de exercer a parcela remanescente de 34%.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício da opção será fixado pelo Conselho de Administração, caso a caso, na Data de Outorga, obedecidos os seguintes princípios: (a) o preço de exercício será fixado em moeda corrente do País, a partir da cotação média ponderada das operações com ações da Companhia, praticada na BM&FBOVESPA, nos sessenta últimos pregões da Data de Outorga; (b) o valor obtido nos termos da alínea anterior poderá ser, a critério do Conselho de Administração, aumentado de até 30% para ajustar o efeito de movimentos que o Conselho de Administração entenda especulativos com reflexos sobre a cotação das ações no mesmo período.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Uma vez adquirido o direito ao exercício de cada parcela da opção, o Participante poderá exercê-lo, total ou parcialmente, de uma só vez ou em parcelas, até, no máximo, sete anos contados da Data de Outorga.

k. Forma de liquidação

De acordo com o Programa, o preço de cada exercício da opção será pago no ato do referido exercício, em moeda corrente nacional. O Conselho de Administração poderá estabelecer, dentre as alternativas mencionadas, em cada caso, outras formas de liquidação.

l. Restrições à transferência das ações

Não há restrições em relação à transferência das ações após serem exercidas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O cancelamento das opções ocorrerá caso o participante não permaneça continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de suas controladas antes dos prazos de aquisição do direito ao recebimento das opções, exceto na hipótese de desligamento do Participante em razão de morte ou invalidez permanente e em razão de aposentadoria (exceto aposentadoria proporcional).

Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Companhia, o Programa e as opções com base nele concedidas e ainda não exercidas serão automaticamente extintas.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento da Companhia em razão de invalidez permanente, o término do prazo para o exercício da opção será antecipado, de modo a não exceder doze meses contados da data do desligamento, devendo o preço do exercício ser pago à vista, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de desligamento da Companhia em razão de morte, o direito ao exercício da opção adquirido pelo Participante transferir-se-á aos seus sucessores, o qual será antecipado, de modo a não exceder doze meses contados da data do óbito, devendo o preço do exercício ser pago à vista, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração.

Nas demais hipóteses de desligamento da Companhia, o término do prazo para o exercício da opção será antecipado, de modo a não exceder seis meses contados da data do desligamento, devendo o preço do exercício ser pago à vista, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer (ILP)

a. Termos e condições gerais

São elegíveis para participar do Plano os diretores e empregados da Companhia, os diretores (ou equivalentes) e empregados de suas controladas.

Os valores de ILP fixados para os participantes serão convertidos em “Ações Virtuais”, com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA (“EMBR3”) nos 30 últimos pregões imediatamente anteriores ao 10º dia que anteceder a data em que o Conselho de Administração tiver fixado os respectivos valores (“Data de Concessão”).

As Ações Virtuais atribuídas a cada Participante serão divididas em duas classes, sendo 50% na forma de “Ações Virtuais Restritas” e 50% na forma de “Ações Virtuais de Performance”.

Os demais termos e condições do Programa estão descritos nos itens a seguir.

b. Principais objetivos do plano

Este Plano tem por objetivo primordial manter na Companhia e nas empresas por ela controladas, direta ou indiretamente (“Controladas”), e para elas atrair pessoal altamente qualificado.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Por meio do Plano, a Companhia cria mecanismos para assegurar aos executivos que possam efetivamente contribuir para o melhor desempenho da Companhia e de seus valores mobiliários, o direito de participar do resultado de sua contribuição.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração da Companhia integrando a remuneração total do participante. Caracteriza-se como um incentivo potencial de longo prazo.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Os Participantes somente adquirirão o direito ao recebimento do ILP se satisfetas as condições resolutiveas estabelecidas no item “j” abaixo, a partir do que a Companhia procederá ao pagamento dos valores de ILP convertendo as Ações Virtuais em moeda nacional (R\$) com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações EMBR3 nos dez últimos pregões anteriores ao 15º dia dos meses de aniversário descritos no item “j” abaixo.

f. Número máximo de ações abrangidas

Não aplicável. Não há outorga de opções de compra de ações no âmbito dos programas ILP. O número de ações virtuais concedidas como referência no âmbito do referido plano varia de acordo com a remuneração concedida aos executivos e com a cotação média dos 30 últimos pregões imediatamente anteriores ao 10º dia que anteceder a data em que o Conselho de Administração tiver fixado os respectivos valores (“Data de Concessão”).

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável. Não há outorga de opções de compra de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações acima mencionados.

h. Condições de aquisição de ações

Não aplicável. O plano de remuneração baseados em ações acima mencionado, não outorgam aos executivos, opções para adquirir ações da Companhia. Uma vez apurado, o valor devido aos executivos, no âmbito dos referidos planos é pago em espécie.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. Como o plano não contempla a outorga de opções de compra de ações, não existe fixação do preço de aquisição ou exercício de opção.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Ações Virtuais Restritas: o Participante terá o direito de receber o valor correspondente às Ações Virtuais Restritas na medida em que permaneça continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de suas Controladas durante os prazos e nas proporções especificadas a seguir: (i) 33% após o terceiro aniversário da Data de Concessão; (ii) 33% após o quarto aniversário da Data de Concessão, e (iii) 34% após o quinto aniversário da Data de Concessão.

Ações Virtuais de Performance: o Participante terá o direito de receber o valor correspondente a 100% do montante de suas Ações Virtuais de Performance no terceiro aniversário da Data de Concessão, desde que o valor econômico agregado (*Economic Value Added* - EVA) acumulado nos três exercícios sociais imediatamente anteriores seja positivo, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

k. Forma de liquidação

Não aplicável. O plano de remuneração baseado em ações acima mencionado contempla o pagamento em dinheiro.

l. Restrições à transferência das ações

Não aplicável. Não existe transferência de ações no plano de remuneração em questão.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Companhia, o Plano e os direitos com base nele concedidos e ainda não auferidos serão automaticamente extintos.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de desligamento do participante em razão de morte ou invalidez permanente, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração, todas as Ações Virtuais Restritas a eles atribuídas serão convertidas com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações EMBR3 nos dez últimos pregões da data do respectivo desligamento, sendo procedido o

pagamento juntamente com as demais verbas rescisórias aplicáveis. Com relação as Ações Virtuais de Performance, o Participante terá direito a receber uma quantidade proporcional (pró-rata), com base no período trabalhado entre a Data de Concessão e o desligamento, mantidas as demais condições previstas no Plano.

No caso de morte, o pagamento será efetuado aos sucessores do Participante, nos termos da lei.

Na hipótese de desligamento do Participante, em razão de aposentadoria (exceto aposentadoria proporcional) antes dos prazos de aquisição do direito ao recebimento do benefício, descritos na letra “j” acima e ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração, o Participante não terá direito a qualquer recebimento referente a Ações Virtuais Restritas, se o desligamento ocorrer antes de um ano da Data de Concessão. Caso o desligamento ocorra após um ano da Data de Concessão, o Participante terá direito ao valor integral, a ser pago nas datas originalmente previstas. Com relação as Ações Virtuais de Performance, o Participante terá direito a receber uma quantidade proporcional (pró-rata), com base no período trabalhado entre a Data de Concessão e o desligamento, mantidas as demais condições previstas do Programa.

No caso de aposentadoria em outros países, deve-se utilizar a mesma conceituação, adaptada às condições específicas da legislação local.

Nas demais hipóteses de desligamento, o Participante não fará jus a quaisquer pagamentos de ILP, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente - 2017 (Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	7
Nº de membros remunerados	0	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	08/03/2017
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.693.688 sendo 846.844 ações virtuais restritas e 846.844 ações virtuais de performance
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Ações virtuais restritas: - 33% a partir de 08/03/2020 - 33% a partir de 08/03/2021 - 34% a partir de 08/03/2022 Ações virtuais de performance: - 100% em 08/03/2020

Obs.: 100% das ações virtuais de performance poderão ser exercidas a partir do exercício de 2020, desde que o (*Economic Value Added* – EVA) acumulado nos três exercícios sociais imediatamente anteriores seja positivo, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31/12/2016
(Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	7
Nº de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	25/08/2016
Quantidade de opções outorgadas	N/A	70.978 sendo 35.489 ações virtuais restritas e 35.489 ações virtuais de performance
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Ações virtuais restritas: - 33% a partir de 25/08/2019 - 33% a partir de 25/08/2020 - 34% a partir de 25/08/2021 Ações virtuais de performance: - 100% em 25/08/2019
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A

Obs.: 100% das ações virtuais de performance poderão ser exercidas a partir do exercício de 2019 desde que o (*Economic Value Added – EVA*) acumulado nos três exercícios sociais imediatamente anteriores seja positivo, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	7
Nº de membros remunerados	0	2
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	09/06/2016
Quantidade de opções outorgadas	N/A	49.552, sendo 24.776 ações virtuais restritas e 24.776 ações virtuais de performance
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Ações virtuais restritas: - 33% a partir de 09/06/2019 - 33% a partir de 09/06/2020 - 34% a partir de 09/06/2021 Ações virtuais de performance: - 100% em 09/06/2019
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A

Obs.: 100% das ações virtuais de performance poderão ser exercidas a partir do exercício de 2019 desde que o (*Economic Value Added – EVA*) acumulado nos três exercícios sociais imediatamente anteriores seja positivo, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	7
Nº de membros remunerados	0	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	10/03/2016
Quantidade de opções outorgadas	N/A	486.936, sendo 243.468 ações virtuais restritas e 243.468 ações virtuais de performance
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Ações virtuais restritas: - 33% a partir de 10/03/2019 - 33% a partir de 10/03/2020 - 34% a partir de 10/03/2021 Ações virtuais de performance: - 100% em 10/03/2019
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A

Obs.: 100% das ações virtuais de performance poderão ser exercidas a partir do exercício de 2019 desde que o (*Economic Value Added – EVA*) acumulado nos três exercícios sociais imediatamente anteriores seja positivo, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2015 (Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	7
Nº de membros remunerados	0	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	03/03/2015
Quantidade de opções outorgadas	N/A	563.978, sendo 281.989 ações virtuais restritas e 281.989 ações virtuais de performance
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Ações virtuais restritas: - 33% a partir de 03/03/2018 - 33% a partir de 03/03/2019 - 34% a partir de 03/03/2020 Ações virtuais de performance: - 100% em 03/03/2018
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A

Obs.: 100% das ações virtuais de performance poderão ser exercidas a partir do exercício de 2018 desde que o (*Economic Value Added – EVA*) acumulado nos três exercícios sociais imediatamente anteriores seja positivo, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2014 (Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
--	---------------------------	-----------------------

Nº total de membros	11	8
Nº de membros remunerados	0	8
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	25/02/2014
Quantidade de opções outorgadas	N/A	776.384, sendo 388.192 ações virtuais restritas e 388.192 ações virtuais de performance
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Ações virtuais restritas: - 33% a partir de 25/02/2017 - 33% a partir de 25/02/2018 - 34% a partir de 25/02/2019 Ações virtuais de performance: - 100% em 25/02/2017
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A

Obs.: 100% das ações virtuais de performance poderão ser exercidas a partir do exercício de 2017, desde que o (*Economic Value Added* – EVA) acumulado nos três exercícios sociais imediatamente anteriores seja positivo, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

3ª OUTORGA – 23/01/2012 (Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	5
Número de membros remunerados	-	5
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	294.100
Data em que se tornarão exercíveis	-	23/01/2017
Prazo máximo para exercício das opções	-	23/01/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 11,50
Valor justo das opções no último dia do exercício social:	-	3º ano: R\$ 3,51 4º ano: R\$ 4,00 5º ano: R\$ 4,35
Opções exercíveis		
Quantidade	-	149.100
Prazo máximo para exercício das opções	-	23/01/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

4ª OUTORGA – 20/03/2013 (Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	6
Número de membros remunerados	-	6
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	647.890
Data em que se tornarão exercíveis	-	319.110 em 20/03/2017 328.780 em 20/03/2018
Prazo máximo para exercício das opções	-	20/03/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 15,71
Valor justo das opções no último dia do exercício social:	-	3º ano: R\$ 3,51 4º ano: R\$ 4,00 5º ano: R\$ 4,35
Opções exercíveis		
Quantidade	-	319.110
Prazo máximo para exercício das opções	-	20/03/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A primeira Outorga do Plano de Ações Virtuais ou Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer (ILP) foi concedida em 2014. Considerando que a primeira parcela é exercida apenas depois de três anos, não houve exercício nos anos de 2014, 2015 e 2016.

1ª OUTORGA – 30/04/2010 – Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2015		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária

Nº de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	135.000
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$10,19
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$1.484.850,00
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	NA
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

2ª OUTORGA – 18/01/2011 – Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2015		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	297.200
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$12,05
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$4.608.025,71
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	5
Nº de membros remunerados	-	5
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	1.420.300
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$12,05
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$13.025.777,00
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

3ª OUTORGA – 23/01/2012 – Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	136.350
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 11,50
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 2.320.846,60
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2015		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	5
Nº de membros remunerados	-	5
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	282.150
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 11,50
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 3.554.447,05
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Com relação ao Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários, o preço de exercício de cada opção é definido na data da outorga de opção pela média ponderada da cotação dos últimos 60 pregões, podendo ser ajustados em até 30% para anular eventuais movimentos especulativos. O participante terá um prazo máximo de cinco anos para exercício da opção para as outorgas efetuadas em 30 de abril de 2010 e 18 de janeiro de 2011. Em assembleia realizada dia 10 de janeiro de 2012, foi aprovada a alteração do prazo para exercício das opções de ações para até sete anos contados a partir da data da outorga. Com essa alteração, o participante da outorga efetuada em 23 de janeiro de 2012 e em 20 de março de 2013, terá um prazo máximo de sete anos para exercício da opção.

O valor justo atribuído às opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes. Este modelo leva em consideração o valor do ativo objeto, preço de exercício, tempo a decorrer até o exercício, probabilidade da opção ser exercida, volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 60 pregões e taxa de juros ponderada para o período de cada lote baseadas na taxa DI divulgada pela BM&FBOVESPA. Vale destacar que o tempo a decorrer até o exercício foi mensurado conforme decisão da administração e considera o final do período de carência como base para o cálculo, ou seja, as opções são calculadas com prazos de exercícios determinados de três, quatro e cinco anos. A adoção dessa premissa levou em consideração o entendimento da administração de que o exercício da opção ocorrerá ao final de cada período de carência devido à alta liquidez e ao alto ganho previsto para cada ação.

Dados e Premissas	Outorga 2010 -
Data da Outorga	30/04/2010
Preço do Exercício (R\$)	R\$ 10,19
Volatilidade Esperada (ano)	31,72 %
Prazo de vida da opção (último vesting)	30/04/2015
Dividendos Esperados (Payout)	2,10%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	12,45%

Dados e Premissas	Outorga 2011 -
Data da Outorga	18/01/2011
Preço do Exercício (R\$)	R\$ 12,05
Volatilidade Esperada (ano)	31,19 %
Prazo de vida da opção (último vesting)	18/01/2016
Dividendos Esperados (Payout)	2,70%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	12,33%

úteis)

Dados e Premissas

Complemento da Outorga 2011

Data da Outorga	16/03/2011
Preço do Exercício (R\$)	R\$ 12,89
Volatilidade Esperada (ano)	29,60 %
Prazo de vida da opção (último vesting)	16/03/2016
Dividendos Esperados (Payout)	2,70%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	12,44%

Dados e Premissas

Outorga 2012 -

Data da Outorga	23/01/2012
Preço do Exercício (R\$)	R\$ 11,50
Volatilidade Esperada (ano)	37,03%
Prazo de vida da opção (último vesting)	23/01/2019
Dividendos Esperados (Payout)	2,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	10,93%

Dados e Premissas

Outorga 2013-

Data da Outorga	20/03/2013
Preço do Exercício (R\$)	R\$ 15,71
Volatilidade Esperada (ano)	30,11%
Prazo de vida da opção (último vesting)	20/03/2020
Dividendos Esperados (Payout)	1,62%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	9,33 %

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Em 31 de dezembro de 2016, os membros do Conselho de Administração da Embraer detinham 1.301 ações ordinárias e 310 *bonds* da Embraer, os membros da Diretoria Estatutária da Embraer detinham 2.036 Bonds e 1.010 ADRs, e os membros do Conselho Fiscal detinham uma ação ordinária da Embraer. Nenhum deles possuía cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de sociedades controladas pela Companhia.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

O plano de previdência conferido pela Companhia não abrange o Conselho de Administração da Companhia. Abaixo, descrevemos as informações relativas aos Diretores estatutários da Companhia.

Órgão	Diretoria Estatutária
Número de membros	7 diretores, sendo que todos participam do Plano
Número de membros remunerados	7 diretores, sendo que todos participam do Plano
Nome do plano	Plano de Previdência Complementar - Embraer Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Dois membros possuem elegibilidade para aposentadoria em 31 de dezembro de 2016
Condições para aposentadoria programada (Antecipada e Normal)	<p>i- 55 anos de idade;</p> <p>ii- 120 contribuições mensais;</p> <p>iii- Rompimento do vínculo empregatício;</p> <p>iv- Requerimento Formal à Entidade.</p> <p>ou</p> <p>i- 60 anos de idade;</p> <p>ii- 60 contribuições mensais;</p> <p>iii- Rompimento do vínculo empregatício;</p> <p>iv- Requerimento Formal à Entidade.</p> <p><i>Observações importantes:</i></p> <p>1) No caso de participante fundador, a carência a que se refere o item "ii" acima será de 60 contribuições mensais.</p> <p>2) Ao participante não fundador, que conte com pelo menos 60 anos de idade, terá a carência de que trata o item "ii" acima reduzida para 60 contribuições mensais, para o gozo de renda mensal de aposentadoria antecipada.</p> <p>3) Considera-se participante fundador o empregado que estava vinculado à Patrocinadora em 31 de dezembro de 1998 e que tenha se inscrito no Plano de Aposentadoria Complementar em até 60 dias contados a partir do início de seu funcionamento, desde que mantenha o referido vínculo na data de sua inscrição ao plano.</p>
Valor acumulado atualizado das contribuições normais acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	<p>Reserva Patronal de Poupança Total vinculada aos sete Diretores Estatutários que Participam do Plano Embraer Prev, atinente às contribuições previdenciais realizadas pela Patrocinadora Embraer S.A., devidamente atualizada pela rentabilidade do Plano, posicionada em 31 de dezembro de 2016: R\$4.503.554,55</p> <p>Salienta-se que o valor acima se encontra líquido da Contribuição Administrativa do Plano.</p>
Valor total acumulado das contribuições normais realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	<p>Contribuições da Patrocinadora Embraer S.A., vertidas aos sete Diretores Estatutários que Participam do Plano Embraer Prev, relativas ao exercício de 2016: R\$701.677,03.</p> <p>Salienta-se que o valor acima se encontra bruto, ou seja, contemplando a Contribuição Administrativa de 2% incidente sobre a contribuição da Patrocinadora.</p> <p>O valor líquido é de R\$687.643,49.</p>

Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	<p>O resgate pode ser realizado para os participantes do Plano que rescindirem o seu contrato de trabalho com a Companhia, sendo calculado da seguinte forma: 100% do saldo de contribuição de participante e % do saldo de conta da Companhia, de acordo com o tempo de serviço ininterrupto, considerado sempre o último período de vínculo empregatício, e referidos saldos atualizados pela rentabilidade do Plano:</p> <ul style="list-style-type: none">- Até 03 anos: 0%;- De 03 anos e 1 dia até 5 anos: 15%;- De 05 anos e 1 dia até 9 anos: 25%;- De 09 anos e 1 dia até 12 anos: 35%;- De 12 anos e 1 dia até 15 anos: 45%;- De 15 anos e 1 dia até 20 anos: 65%;- Acima de 20 anos: 75%. <p><i>Observações importantes:</i></p> <p>1) Os participantes que já tiverem cumprido o tempo necessário para se aposentar e antes de requerer o benefício, poderão optar pelo resgate de seu saldo total, desde que rescindido o seu contrato de trabalho.</p> <p>2) Há possibilidade de saque à vista de até 25% do saldo total, quando do requerimento formal a um benefício pelo Plano Embraer Prev, e transformação do saldo remanescente em benefício calculado mensalmente a partir de opção de percentual entre 0% e 2% do saldo remanescente ou por um período mínimo de cinco anos e máximo de 30 anos.</p>
---	--

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não divulgado em razão da sentença concedida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos do Processo nº 2010.510102888-5, movido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Rio Janeiro, instituto esse que a Companhia, membros de sua Diretoria e de seu Conselho de Administração são associados.

Conforme consta da sentença proferida nos autos do processo acima mencionado, a informação exigida por este item, além de representar exigência além daquela prevista pelos arts. 152 e 157 da Lei n.º 6.404/76, não são compatíveis com os direitos de intimidade, privacidade e sigilo conferido a todas as pessoas.

Cumprido ressaltar que o limite da remuneração global da administração da Companhia é fixado anualmente por seus acionistas, quando da Assembleia Geral Ordinária, cabendo ao Conselho de Administração sua alocação entre os membros da administração, consoante permissão contida no art. 152 da Lei n.º 6.404/76 e competência conferida pelo Estatuto Social da Companhia (documento este que é objeto de aprovação pelos acionistas) em seu art. 33, § 2º.

Com base no acima exposto, a Administração da Companhia, desde a época da propositura da medida judicial acima mencionada, entende que o uso da autorização contida na ordem judicial resguarda os direitos individuais de seus administradores, sem que, no entanto, haja qualquer tipo de prejuízo informacional ao mercado.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não se aplica, pois após a reestruturação societária realizada em maio de 2006, a Embraer passou a ter o capital pulverizado, sem controlador.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica, pois os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, nos três últimos exercícios sociais, não prestaram serviços comissionados, de consultoria ou assessoria para a Companhia.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve valores reconhecidos no resultado de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal. No caso de controladores, não se aplica, tendo em vista o fato da Companhia não ter controlador.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes, além daquelas já citadas nos itens anteriores.

PROPOSTA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SENHORES ACIONISTAS:

ASSUNTO: Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal (CF) para o período de maio/2017 a abril/2018

CONSIDERANDO

- que compete à AGO fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal e consoante com o disposto no Art. 162, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, a remuneração não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros;

PROPOMOS

A manutenção da remuneração mensal de R\$ 15.000,00 ao Presidente do Conselho Fiscal e a manutenção do valor individual de R\$ 13.250,00 aos demais membros titulares do Conselho Fiscal para o período de maio de 2017 a abril de 2018, mantendo-se a mesma remuneração proposta e aprovada no período anterior.

São José dos Campos, 10 de março de 2017.

A Administração